

**CPI - TRATAMENTO PARA TRANSIÇÃO DE GÊNERO EM
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO HC - SÃO PAULO**

14.12.2023

* * *

- Abre a reunião o Sr. Gil Diniz.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Solicito à equipe da Rede Alesp que inicie a transmissão da reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 162, de 2023, com a finalidade de apurar e investigar as práticas adotadas pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo no diagnóstico, acompanhamento e tratamento de menores de idade com suspeita ou diagnóstico de incongruência de gênero ou transgêneros, e em especial a submissão de crianças e adolescentes à hormonioterapia para transição de gênero realizada pelo hospital em possível violação às disposições do Conselho Federal de Medicina.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados: Dr. Elton; deputado Tomé Abduch; deputado Tenente Coimbra, nosso relator; deputado Guilherme Cortez; deputada Professora Bebel; deputada Beth Sahão. Solicito à secretaria a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, deputado Tenente Coimbra.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Solicitar a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Havendo acordo, dou por lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Esta reunião foi convocada com o objetivo de procedermos à apresentação, discussão, e deliberação do relatório final dos trabalhos desta CPI. Com a palavra, o nobre deputado Tenente Coimbra, relator dessa CPI, para a apresentação do relatório final.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Sr. Presidente, demais pares, antes de apresentar a conclusão do relatório, o qual foi enviado para todos, a gente faz a conclusão para não se estender a mais de 100 páginas escritas. Primeiro, eu queria cumprimentar a todos os deputados pelo processo desta CPI. Embora, obviamente, com visões diferentes, embora, obviamente, com posições diferentes, a cordialidade, principalmente com as pessoas que vieram aqui prestar a sua oitiva, vieram prestar os seus esclarecimentos, sejam do Antigos, seja a doutora Akemi, em especial aqui o nosso Tomé, sempre com um consenso muito grande, sempre com uma voz da razão muito ampla. Então, parabenizar a todos.

Obviamente, o relatório, cada um tem a sua visão, cada um tem a sua posição. A gente tenta ser o mais imparcial possível, tendo em vista aquilo que foi falado, aquilo que foi escutado e aquilo que é feito dentro do Antigos. Vale lembrar, embora tenha sido muito questionado o motivo desta CPI, esta CPI começou, principalmente, com um grande choque para todos nós, quando foi amplamente noticiado que crianças a partir dos quatro anos estavam começando um processo de transição de gênero.

Obviamente, acredito que todos aqui, sem exceção, não acompanhavam e não sabiam aquilo que era feito com as crianças a partir dos quatro anos. Então, isso foi importante também, os profissionais dos Antigos virem aqui e a gente entender o que, de fato, é feito no início, o que, de fato, é feito na situação pré-hormonal, o que, de fato, é feito na situação hormonal e, propriamente, depois dos 18 anos, se a pessoa sentir a vontade e se quiser ser realizada a transição de gênero.

Mas, durante a nossa atuação, durante as nossas oitivas, os nossos questionamentos, e os documentos que nós recebemos, observamos que a referida prática se mostra um pouco inadequada e afronta os avanços do direito brasileiro e mundial, sobretudo, no reconhecimento da vulnerabilidade física, emocional e psíquica em razão da idade, da qual incapacidade absoluta ou relativa para compreender determinadas situações e dimensionar riscos.

Veja bem, presidente, a gente fala da incapacidade em relação à idade porque a CPI trata de menores de idade, de pessoas parcialmente capazes, a partir dos seus 16 anos, ou incapazes de decidir o seu futuro, quando se fala anterior aos 16 anos. É isso que a nossa legislação prevê. Assim, mostramos a relevância desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual buscou apurar práticas adotadas no Ambulatório Antigos do Hospital das Clínicas no diagnóstico, acompanhamento e tratamento de menores de idade com suspeitas ou incongruência de gênero sob perspectiva bioética, legal e científica.

Após seis meses de trabalho desta CPI, concluiu-se que o tratamento “off-label”, que é aquele que não prevê, aquele que não está na bula, com o intuito de transição de gênero em crianças e adolescentes, está embasado apenas na resolução do Conselho Federal de Medicina, sem qualquer amparo científico robusto, sendo autorizado por esta norma exclusivamente em caráter experimental.

Portanto, não traz nenhuma garantia de eficácia ou de segurança aos pacientes, muito pelo contrário, incluindo a médio e longo prazo, em efeitos adversos talvez não conhecidos pela falta de robustez desses estudos. O próprio termo de consentimento utilizado durante o atendimento no Ambulatório corrobora essa afirmativa quando dispõe que “Os efeitos secundários e a segurança do medicamento não são completamente esclarecidos e pode haver riscos em longo prazo que ainda são desconhecidos.”.

Isso está no termo de consentimento tanto dos pais como dos adolescentes que fazem parte do tratamento do Antigos. A bioética encontra no Estatuto da Criança e do Adolescente os parâmetros necessários para os problemas advindos no banco biotecnológico, restando evidente que nem tudo que pode ser feito deve ser feito. Diante disso, não podemos permitir que as nossas crianças e adolescentes sejam literalmente cobaias. Isso fere o princípio da dignidade da pessoa humana e as normas do direito civil, que prezam pela proteção integral dos seres humanos, independentemente da faixa etária.

Sob o nosso ponto de vista, é inegável que pairam dúvidas acerca dos aspectos éticos e legais que abrangem a complexidade do processo de obtenção de assentimento da criança e do adolescente a participar da pesquisa, posto que a peculiar condição de pessoa em desenvolvimento limita a capacidade de exercício de direito, em razão da imaturidade para discernir sobre os efeitos colaterais a longo prazo eventualmente irreversíveis, que nem a ciência possui conhecimento seguro e consolidado.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

A ciência não é achismo para brincar com a vida das pessoas, principalmente, menores de idade. Aliás, como bem disse o procurador-geral da República, em Minas Gerais, Fernando de Almeida Martins, “a autonomia médica não está acima da ciência, não é um cheque em branco, nem uma licença para a experimentação”.

Cabe consignar que esta CPI não possui a finalidade de suprir direito da população transgênero. O foco primordial é resguardar e proteger crianças e adolescentes, enquanto não detentores de sua capacidade plena para decidir e consentir sobre intervenções que possam ser prejudiciais, inclusive para o seu desenvolvimento pleno. Principalmente, consoante apurado pelo impacto na densidade óssea e que, se usado de forma contínua, pode levar inclusive à esterilidade. Além de outras sequelas a longo prazo, frisa-se, totalmente desconhecidas.

Concluindo, quero consignar que pesquisamos a fundo para que esta... Para que pode esta CPI apresentar para a sociedade e toda a população do nosso Estado, um relatório baseado em fatos com credibilidade, responsabilidade e, principalmente, independência. A disforia de gênero não é uma condição endócrina, mas psicológica e, portanto, deve ser tratada com cuidados psicológicos adequados, até que se tenha completamente o discernimento acerca dos tratamentos e os seus efeitos.

Chegamos ao final com a certeza que realizamos nosso trabalho, coletando o maior número de indícios e provas para auxiliar as autoridades competentes no aprofundamento de futuras investigações. Desde já, afirmamos, iremos acompanhar de perto a evolução dos próximos passos após o envio desse relatório final às autoridades nomeadas, bem como enviaremos esforços para ver aprovado o projeto de lei que protege e veda esse tipo de experimento em nossas crianças e adolescentes.

Recomendamos, por fim, a não admissão de novos pacientes no processo de transição de gênero no Amtigos, até que tenhamos mais estudos, pesquisas e informações, e até a regulamentação do uso de bloqueadores hormonais em menores de idade, bem como a proposição de um projeto de lei inibindo que pessoas abaixo dos 16 anos, entenda-se, que não são plenamente capazes, não tenham a liberdade de tomar bloqueadores hormonais e hormônios para fins de transição de gênero.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado aos demais parlamentares.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, Sr. Deputado Tenente Coimbra. Pela ordem, deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu queria também, igualmente, dizer que a oposição aqui na CPI, deputada Bebel... Professora Bebel, deputado Guilherme Cortez e eu elaboramos um relatório e gostaria de apresentar um relatório separado, e gostaria de ler algumas páginas também, acho que até para poder subsidiar o nosso debate aqui.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Vossa Excelência tem a palavra para fazer a leitura do relatório em separado, deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu vou no primeiro, no Item nº 1. O título do nosso relatório é “Uma CPI Desnecessária, Relatório em Defesa da Vida de Pessoas Trans e do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual”. Eu vou ler apenas algumas páginas para não ficar enfadonho.

O Item nº 1 do nosso relatório, a gente vai analisar rapidamente a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, o requerimento e o objeto. “Desde o início dos trabalhos, os deputados que subscreveram o presente relatório foram contrários à criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual pressupõe, sem a devida fundamentação em fatos concretos, a ocorrência de fatos determinados ligados a irregularidades, ilegalidades ou má gestão da coisa pública pelos investigados.

Esta CPI teve como finalidade apurar e investigar as práticas adotadas pelo Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Amtigos, no diagnóstico, acompanhamento e tratamento de crianças e adolescentes com suspeita ou diagnóstico de incongruência de gênero ou transgêneros. Em especial, a submissão desta população a hormonioterapias para transição de gênero realizadas pelo hospital em possível violação às disposições do Conselho Federal de Medicina.

O autor do requerimento da constituição desta CPI e seus signatários buscam invés a ocorrência, por parte do citado Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual, de possível violação às disposições do Conselho Federal de Medicina, baseada em matéria de jornal publicado no portal ‘G1’, em 29 de janeiro

de 2023, intitulada ‘Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, 280 crianças e adolescentes trans fazem transição de gênero no HC da USP’.

Nas justificativas, os autores relatam que a matéria do portal ‘G1’ traz ainda inadvertidamente revelações de alta gravidade, que indicam não apenas mau exercício da prática médica, como fatos potencialmente ilícitos. O Amtigos foi criado, em 2010, como um setor do Hospital das Clínicas encarregado da assistência à saúde da população transexual, mas exclusivamente da população transexual adulta.

Cedendo à demanda espontânea de familiares de crianças e adolescentes com variabilidade de gênero, o Hospital das Clínicas, porém, começou a receber e tratar, ainda em 2010, crianças e adolescentes que em pouco tempo se tornaram sua faixa etária preferencial de atendimento, ao ponto de que, a partir de 2015, o hospital deixou de atender a população transexual adulta para atender exclusivamente crianças e adolescentes.

Essas informações, que podem ser consultadas na reportagem supracitada e também na resposta ao Requerimento de Informações nº 453, de 2021, formulado para esta Casa, já são motivos de preocupação, porque foi apenas em 2019 que o Conselho Federal de Medicina, órgão com prerrogativa legal de disciplinar a prática e a ética médica no Brasil, regulamentou, por meio da Resolução nº 2.265, o acompanhamento e o tratamento de crianças e adolescentes com suspeita ou diagnóstico de incongruência de gênero.

Todavia, necessário ressaltar que a afirmação que serve para fundamentar o pedido de instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito não encontra respaldo em evidências médicas e científicas. Desde 2013, o Conselho Federal de Medicina orienta a conduta dos profissionais médicos a ser adotada no tratamento com terapia hormonal para transgêneros, desde a infância até a idade adulta, por meio do Parecer nº 8/2013, em resposta à consulta formulada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Neste sentido, assevera que a pessoa na fase infanto-juvenil com incongruência de gênero deve ser assistida em centro especializado de excelência e multiprofissional. A hormonioterapia, de preferência iniciada quando dos primeiros sinais da puberdade - bloqueio da puberdade de gênero de nascimento -, aos 16 anos, a hormonioterapia do gênero desejado deve ser iniciada gradativamente.

Afirma, ainda, que o diagnóstico é uma atribuição médica de elevada responsabilidade, que depende da atuação eficaz de qualificada equipe multidisciplinar. Em 2019, o Conselho Federal de Medicina aprovou a Resolução nº 2.265, garantindo a

atenção integral à saúde da pessoa transgênero, o qual deve contemplar todas as suas necessidades, garantindo seu acesso, sem qualquer tipo de discriminação, aos serviços nos níveis das atenções básicas especializadas e de urgência e emergência.

O texto estabelece também que a assistência médica deve promover atenção integral e especializada nas fases de acolhimento, acompanhamento ambulatorial, hormonioterapia e procedimentos clínicos, cirúrgicos e pós-cirúrgicos. As normativas instituídas pelo Conselho Federal de Medicina, órgão que possui a competência legal para regular, o exercício de profissão médica no Brasil, são diretrizes de observância obrigatória. Seu eventual descumprimento deve ensejar a apuração e, caso constatado, consequente responsabilização dos profissionais ligados aos conselhos regionais de classe.

Nesse sentido, cabe destacar que nenhuma denúncia de violação das regras estabelecidas pelo CFM serviu de fundamento para sustentar a instauração desta Comissão Parlamentar de Inquérito, restando como base para sua instalação ilações de ordem do defendido pela classe médica, pois não comprovado pela ciência. As mesmas ilações fundamentaram denúncia dirigida ao Ministério Público do Estado de São Paulo, objetivando apurar a conduta dos profissionais do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual, Antigos.

Em 25 de julho de 2023, o Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo aprovou o arquivamento levado a cabo pela promotora de justiça, Dra. Luciana Bergamo, dessa notícia de fato, o acompanhamento de transição de gênero de crianças e adolescentes, feito pelo Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, acolhendo o voto do procurador Antônio Carlos da Ponte.

De acordo com o titular da Promotoria da Justiça da Infância e da Juventude da Capital, Setor de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos, aspas, ‘não há que se falar em ilegalidade ou irregularidade no processo de transição de gênero oferecido pelo Hospital das Clínicas’. Atendendo desde o ano de 2010, cumpre destacar que não existem notícias concretas de que a referida unidade de saúde tenha descumprido os protocolos previstos pelo SUS, para o atendimento de crianças e adolescentes, e nem as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina, diretrizes estas que foram objetos de discussões pelos integrantes de sociedades médicas e que buscam atender ao melhor interesse desta população infantojuvenil.

Não obstante, a ausência de fatos concretos ou minimamente evidentes que sugerissem a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito, se não denúncia

infundada e lastreada exclusivamente em aspetos ideológicos. É preciso afirmar que a instalação dessa CPI visava tão somente colocar sob escrutínio uma instituição de excelência, como o Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo e o Amtigos

Ainda, consideramos que a descrédibilização do trabalho desenvolvido pelo Amtigos pode inviabilizar as crianças e adolescentes atendidas pelo ambulatório. Ao desconsiderar o sofrimento causado pelo preconceito e pelas dificuldades que os pacientes e suas famílias já encontram em seus cotidianos, a CPI, ao invés de pretensa intenção de protegê-los, causa insegurança e medo, especialmente em razão da apresentação de requerimentos, objetivando a suspensão dos atendimentos e interrupção de tratamento sem qualquer justificativa.

O reconhecimento da existência da incongruência de gênero como uma condição humana pela Organização Mundial de Saúde, pelas organizações e sociedades médicas, nacionais e internacionais, não se coaduna com práticas que ignoram postulados científicos, estudos acadêmicos e formulações médicas. Ao contrário, ainda que não seja o objetivo, acabam por fomentar o pânico moral e estimular diferentes formas de violação da dignidade e direitos humanos dessas pessoas.

Por respeito a essas crianças, adolescente e seus familiares, bem como aos profissionais envolvidos no trabalho do ambulatório transdisciplinar de identidade de gênero, orientação sexual, e compreendendo a necessidade de defesa dos seus direitos, entendemos que esta comissão parlamentar de inquérito não atendeu aos pressupostos legais mínimos para a sua instauração, tendo servido para desnecessário gasto de recursos públicos, arrastada por meses, sem produzir qualquer apuração sólida, a ineficácia e a desnecessidade dos trabalhos desta comissão parlamentar de inquérito é latente, motivo que nos faz apresentar o presente voto.”

Agora, Sr. Presidente, eu vou ler, para ser bastante sintética, o item 6 e o item 7, que são, na verdade, o primeiro fala da defesa do ambulatório transdisciplinar de identidade de gênero e orientação sexual ou Amtigos.

“Pelo trabalho desenvolvido pela comissão parlamentar de inquérito, é plenamente possível assegurar que não há nenhum fato que desabone o trabalho realizado no ambulatório transdisciplinar de identidade de gênero, de orientação e orientação sexual, do instituto de psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Amtigos.

Ainda é cabível asseverar que os procedimentos realizados pelos profissionais do Amtigos seguem rigorosamente os procedimentos estabelecidos pela resolução nº

2.265/2019, do Conselho Federal de Medicina, e outras normas correlatas, garantindo a atenção integral à saúde da pessoa transexual.

Nenhuma denúncia de violação das regras estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina serviu de fundamento para sustentar a instauração desta comissão parlamentar de inquérito, restando como base para a sua instalação apenas ilações devidamente contraditas no decorrer da CPI.

Nesse sentido, vale destacar que o Ministério Público do Estado de São Paulo estava a investigar o ambulatório transdisciplinar de identidade de gênero e orientação sexual, conclui de forma definitiva que não há que se falar em ilegalidade ou irregularidade no processo de transição de gênero oferecido pelo Hospital das Clínicas.

Instalar uma comissão parlamentar de inquérito sem fundamento, sem fato determinado, buscando formular recomendações sem sustentação e efetivo arcabouço comprobatório, o objetivo é tão somente macular o trabalho digno realizado pelo ambulatório transdisciplinar de identidade de gênero e orientação sexual.

A atuação deletéria contra o ambulatório transdisciplinar de identidade de gênero e orientação sexual não pode resultar na diminuição do trabalho desempenhado por sérios profissionais que prestam relevantes serviços à população de pessoas transexuais, contribuindo para a diminuição dos seus sofrimento e promoção de sua dignidade humana. É preciso, portanto, rechaçar quaisquer iniciativas que busquem limitar, suspender ou extinguir as ações do Amtigos.

É preciso destacar que parlamentares proponentes desta comissão parlamentar de inquérito fizeram, desde a sua instalação, questionamentos indevidos quanto às resoluções que regulam o tratamento transexualizador, demonstrando posições contrárias aos protocolos médicos e em especial bloqueio hormonal e terapia cruzada em crianças e adolescentes transexuais.

Não obstante o empenho de desqualificar o processo transexualizador, é relevante reafirmar que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo não possui competência legislativa, ou administrativa, para determinar procedimentos médicos, tão pouco regulamentá-los, uma vez que esta é uma tarefa exclusiva do Conselho Federal de Medicina e órgãos de Saúde.”.

Por fim, Sr. Presidente, o último item das recomendações e encaminhamentos:

“Os deputados e deputadas que subscrevem o presente relatório em separado, ante todo o exposto, apresentam as seguintes recomendações e encaminhamentos.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Item 1. Que seja o ambulatório transdisciplinar de identidade de gênero e orientação sexual do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo laureado com a Medalha de Honra ao Mérito Legislativo da Assembleia Legislativa, pelos relevantes serviços prestados às pessoas transexuais.

Item 2. Que seja o presente relatório em separado, encaminhado para a secretaria de Saúde do estado de São Paulo, a fim de que tome ciência dos seus termos, bem como das apurações e resultados obtidos por esta comissão parlamentar de inquérito.

Item 3. Que seja indicado ao secretário de Saúde a necessidade de majoração de recursos orçamentários do ambulatório transdisciplinar de identidade de gênero e orientação sexual do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, a fim de que se possa ampliar a capacidade de atendimento para a população de crianças e adolescentes transexuais.

Item 4. Que seja indicado ao secretário de Saúde a necessidade de ampliação da rede de atendimento dos serviços destinados à promoção da saúde integral de travestis e transexuais no estado de São Paulo, por meio de majoração de recursos das unidades já existentes e criação de novos centros de referência nas diferentes regiões administrativas do estado de São Paulo, nos termos do projeto de lei anexado.

Item 5. Que seja o presente relatório em separado encaminhado ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul, para que se apure a violação de preceitos ético-disciplinares por parte da Sra. Akemi Shiba.

Item 6. Que seja o presente relatório em separado, encaminhado para o Ministério Público do Estado de São Paulo, a fim de que tome ciência dos seus termos, bem como das apurações e resultados obtidos por esta comissão parlamentar de inquérito, juntando-se o mesmo nos autos do procedimento administrativo de acompanhamento nº 206/2022.

Item 7. Que seja o presente relatório em separado, encaminhado para o Ministério Público Federal, a fim de que tome ciência dos de seus termos, bem como das apurações e resultados obtidos por essa comissão parlamentar de inquérito.

Oitavo. Que seja o presente relatório em separado, encaminhado para o governador do estado de São Paulo, a fim de que tome ciência dos seus termos, bem como das apurações e resultados obtidos por esta comissão parlamentar de inquérito.

Item 9. Que seja o presente relatório em separado encaminhado para o Ministério da Saúde, a fim de que o mesmo tome ciência dos seus termos, bem como das apurações e resultados obtidos por esta comissão.

Item 10. Que seja o presente relatório em separado, encaminhado ao Conselho Federal de Medicina, a fim de que também tome ciência de seus termos, bem como das apurações e resultados obtidos por essa comissão.

11º. Que seja o presente relatório em separado, encaminhado para o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, a fim de que tome ciência dos seus termos, bem como das operações e resultados obtidos por essa CPI.

12º. Que seja o presente relatório em separado, também encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para que tome conhecimento e ciência dos seus termos, bem como das apurações dos resultados obtidos por esta comissão, solicitando que seja o mesmo encaminhado à Coordenadoria da Infância e Juventude.

13º. Que seja o presente o relatório em separado encaminhado para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, a fim de que também tomem conhecimento dos seus termos, bem como das apurações e resultados obtidos por esta comissão.”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estas são as conclusões do relatório em separado que ora apresentamos e pudemos ter a oportunidade de ler. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputada Beth Sahão. Nós temos dois relatórios aqui. Neste momento, eu coloco em discussão os relatórios aqui nesta CPI.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Primeiro a discussão. Primeiro nós discutimos e, depois do término da discussão, nós colocamos em votação. Aí os favoráveis ao relatório do Tenente Coimbra votam favorável ao voto do relator ou o voto contrário... Ou o relatório em separado.

Algum deputado quer se inscrever para a discussão? Deputada Beth Sahão? Deputada Beth Sahão tem a palavra pelo tempo regimental.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, a gente aqui já, nas poucas oitivas que nós tivemos... Na verdade, da nossa parte, foram atendidas duas oitivas: do

Dr. Alexandre Saadeh e do Dr. Durval Damiani. Dois médicos de inquestionável gabarito e competência, e ambos cuidam desse processo e desse ambulatório.

Eu acredito que eles foram bastante questionados aqui, quando estiveram, a ponto de dirimir qualquer dúvida que pudesse pairar sobre o trabalho tão competente realizado por esse Hospital das Clínicas. Mais uma vez, a gente tem que fazer referência e reverenciar, inclusive, o Hospital das Clínicas como um hospital de excelência e o principal hospital da América Latina.

E, portanto, esse trabalho já vem de um local que tem todas essas características e que é digno do nosso mais profundo respeito pelo trabalho executado em pesquisa científica, em inovações tecnológicas, em tratamento e atendimento, não só na questão dos transtornos de gênero, mas também em tantas outras áreas da Saúde humana.

E aqui nós tivemos várias reuniões. Requerimentos que nós tivemos que derrubar, porque eles não tinham nenhum conteúdo, nenhuma objetividade. E aquilo que nós pudemos fazer para derrubá-los, nós fizemos. E fizemos com muita convicção, por sabermos que aquilo que estava tentando ser pesquisado nada mais era do que um caminho ideológico diferente daquilo que nós sempre buscamos aqui.

Deputada Bebel, deputado Guilherme, sempre fomos unânimes em dizer o que significa a ciência para nós. Para nós, o que significa você ter um tratamento com base em estudos que foram desenvolvidos em áreas de vários países do mundo, com o maior respeito. Enquanto que o que a gente viu, por exemplo, quando a Dra. Akemi esteve aqui, deputada Bebel, ela não traz nada de concreto. Seus argumentos são pífios. Por quê? Porque ela não se baseia em estudos científicos.

Vale aqui para nós o estudo científico; não vale para nós juízo de valor. Juízo de valor a gente pode ter em várias áreas, mas a gente não pode estabelecer juízo de valor quando a gente quer tratar de crianças e adolescentes que estão passando por um problema de identidade de gênero, que lhes causa uma profunda dor e sofrimento. O contrário disso, deputada Bebel, chama-se crueldade com esse segmento da população.

Não é possível que a gente aqui queira legislar sobre algo em que nós não temos, inclusive, competência. Com todo o respeito ao relator da CPI, deputado Tenente Coimbra, quando V. Exa. coloca, nas suas conclusões, que é preciso questionar esse procedimento... Não cabe à Assembleia Legislativa questionar esse procedimento médico. Não cabe a nós, não é nosso papel esse, de maneira nenhuma. Nós podemos fiscalizar, nós podemos discordar de procedimentos médicos, mas nós não podemos inferir ali e colocar que essa é a nossa...

Nós estudamos medicina? Nós temos seis anos, mais quatro? Ele estudou. Nós temos (Inaudível.) pesquisadores? Nós fazemos parte do Amtigos? A Dra. Akemi, que veio aqui, sequer... Você é o único, mas não é especializado nessa área. Sequer sabia o que significava o Amtigos. Nunca participou, nunca visitou, nunca foi lá. Desconhece profundamente o procedimento que ali é adotado. Como é que ela pode ter autoridade para vir aqui e querer dizer para nós que aquele atendimento é um atendimento que foge às regras da ética médica?

E quando eu perguntei para ela - ela foi muito questionada por mim - em que ela se baseava, ela não sabia dizer. Ela ficou constrangida em vários momentos, porque ela não sabia qual referência que ela tinha usado, porque não tem literatura médica fidedigna e com credibilidade capaz de dizer que esse tipo de atendimento é um atendimento que não preza pela ética médica. Muito pelo contrário.

E aqui nós vemos, tanto na introdução do nosso relatório, quanto na conclusão, que esse trabalho é feito com respaldo total da Organização Mundial de Saúde, em primeiro lugar, do Ministério da Saúde, em segundo lugar, do Conselho Federal de Medicina, em terceiro lugar, e da própria Justiça, que mais recentemente, agora no mês de julho, arquivou...

O Conselho Nacional do Ministério Público arquivou uma denúncia que foi feita inadvertidamente, porque não tem razão, porque não existe isso, porque nós não podemos descredibilizar e desqualificar um trabalho que cuida de pessoas que estão num processo de sofrimento. E aqui é uma ilação dizer que criança e adolescente tem mudança de sexo no Amtigos, porque não tem. Porque a cirurgia só pode ser feita depois da maioridade.

Porque o que tem - e o Dr. Durval aqui foi muito claro, por diversas vezes em que ele foi questionado - é apenas uma interrupção, quando chega à puberdade, da questão hormonal, para que depois não cause um sofrimento ainda maior na vida adulta. Não existe. E esse trabalho é acompanhado por endocrinologistas de renome, ele inclusive; por psiquiatras, por psicólogos, por pediatras. É um trabalho feito de uma forma multidisciplinar, transversal.

O Hospital das Clínicas, inclusive, se orgulha desse trabalho de receber essa população, que não teria para onde ir, que teria que ficar alijada, que teria que esperar para ser morta aos trinta e poucos anos, como grande parte dos travestis neste país é. O país que mais mata transexual no mundo é o Brasil. Enquanto isso, nós ficamos aqui de braços cruzados? Não. Nós não podemos aceitar que, como eu disse - e repito -, juízo de

valor baseado em questões ideológicas possa querer pautar um trabalho do mais alto gabarito médico.

E por isso eu peço que a gente derrube o relatório de vocês, porque é um relatório que não foi feito nem com gente... Vocês citaram pessoas ali, vocês fazem citações de quem nós não conseguimos nem ouvir, não teve a oitiva. Tivemos três oitivas aqui. Duas que nós propusemos, e que vocês desqualificaram, e uma que vocês propuseram, que nós também, de forma muito argumentada, desqualificamos, porque uma pessoa que nega a ciência, uma pessoa que durante a pandemia falava que não era preciso tomar vacina, falava que não precisava usar máscara, sinceramente, para mim, não tem nenhuma linha do meu respeito. Porque a pandemia matou mais de 720 mil pessoas.

O que ela queria, matar mais de dois milhões de pessoas, estimulando que as pessoas não tomassem vacina? Então, o que ela veio fazer aqui? É isso que eu me pergunto. Se ela desconhece o trabalho. Você trazer gente aqui, nós trouxemos... Vocês poderiam convocar todos os profissionais do Antigos; todos, e virá-los de cabeça para baixo aqui, com as perguntas que fossem pertinentes ao trabalho deles. Todos. Mas o que não pode é trazer uma pessoa que não tem qualquer referência e, com base naquilo que ela falou, nas suas ilações, fazer um relatório.

Então, esse relatório, honestamente, até respeito o trabalho que vocês tiveram para elaborá-lo, mas do ponto de vista do conteúdo, deputado Tenente Coimbra, ele sinceramente não tem uma linha de verdade. O que tem é aquilo que vocês gostariam; vocês gostariam que esse programa fosse extinto, vocês gostariam que aqueles profissionais fossem criminalizados - vocês usam essa palavra. Como se fosse um crime o que eles estiveram fazendo.

Onde a Justiça fala que isso é crime? Me aponta. Pelo contrário. Então, não tem nada de crime. Aliás, isso, inclusive, tem que ser rebatido, e rebatido do ponto de vista jurídico. Porque não pode fazer acusações levianas, ou desconfiança, e dizer que aquele trabalho é um trabalho criminoso. Não, aquele trabalho é um trabalho que ampara. É um trabalho que acolhe. É um trabalho que reduz... Aqui, olha:

“Recomendar a suspensão imediata de novas admissões de pacientes para tratamento de gênero.

(...)

Encaminhar cópia deste relatório final ao Ministério Público Estadual de São Paulo e ao Ministério Público Federal, para apurar responsabilidade na atuação da

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Amtigos, com a cópia de documentação, para que promovam responsabilidade criminal ou civil por infrações apuradas.”

Por favor, vocês até discordarem, vá lá. Agora, vocês dizerem que aqui tem um crime sendo cometido? Eu quero saber onde está baseado isso, deputado presidente Gil Diniz. Onde está baseado? Em qual artigo do Código Penal, ou de qualquer outra legislação, que fala que isso foi um crime? É isso que eu quero saber. Isso não é crime. Isso não foi crime. Isso, vocês estão supondo.

E estão pedindo... (Voz fora do microfone.) É, isso mesmo. Nossa CPI, que vocês também todos fizemos parte, apuramos algum crime aqui? Não apuramos. Então tem tudo isso. Por isso, Sr. Presidente, me desculpe se eu fui mais enfática, mas eu quero pedir que o relatório apresentado pelo Tenente Coimbra seja desconsiderado.

Eu acho difícil isso acontecer também, eu conheço um pouco de Matemática, e cinco é maior que três. Mas, de qualquer modo, quero dizer que, independentemente do resultado final, esse relatório nosso, ainda que extraoficialmente, iremos encaminhá-lo também para todos os órgãos que citamos aqui. Passando pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Justiça, pelo Governo do Estado, pela Secretaria de Saúde, enfim.

E vamos fazer também os trabalhos necessários para que o Amtigos possa ter paz para trabalhar, para desenvolver o seu trabalho, com respeito aos profissionais que ali estão, mas, principalmente, com respeito aos pacientes. Porque, esses sim, não podem ser submetidos a sofrimento, ao desprezo, à falta de tratamento.

Então é isso que a gente está propondo. E a gente espera que a gente consiga, quem sabe, até o final dessa discussão, sensibilizar alguns deputados da situação, para que votem favoravelmente ao nosso relatório. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputada Beth Sahão. Já lhe passo a palavra, deputado.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Pela ordem, presidente. Para uma comunicação. Não vou me estender.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Rapidamente. Dar parabéns à deputada Beth Sahão, que leu o seu relatório. Eu me senti um moderado depois da discussão da deputada Beth Sahão.

Vou passar a palavra para o Tenente Coimbra primeiro, depois passo para V. Exa., deputada Bebel. Antes, porém, registrar a presença do deputado Guto Zacarias. O deputado Rafael Saraiva esteve presente e já saiu do recinto. Passo a palavra para o deputado Tenente Coimbra.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Apenas citar alguns pontos que foram citados pela deputada Beth. Em momento algum a gente criminaliza aquilo que é feito dentro do Amtigos. O termo é um termo regimental, feito em qualquer relatório de CPI, que a gente coloca para todas as classes terem todas as apurações, as mais diversas possíveis, inclusive criminais, se caso tenha, caso houver. É um aspecto amplo que está dentro do relatório.

Se fosse para criminalizar, aí sim, nós tínhamos criminalizado, inclusive na própria conclusão do relatório. Não há ilegalidade, há irresponsabilidade. O termo “off label”, a utilização do “off label” é permitida dentro da classe médica, das mais diversas áreas possíveis. Mas é uma irresponsabilidade. Você não mata uma mosca com um tiro de canhão.

Você não utiliza um medicamento oncológico, que tem, obviamente, e não precisa ser nem médico, não precisa ter estudado seis anos para saber que um medicamento oncológico tem diversos efeitos adversos a médio e longo prazo. É uma situação que pode ser tratada de outra forma, ainda mais em crianças e adolescentes. Então não existe, de fato, a criminalização. Existe, de fato, a irresponsabilidade.

Como é um procedimento que é, inclusive, financiado pelo Governo do Estado, cabe a esta Casa Legislativa sim fiscalizar, olhar, em termos orçamentários e em termos de atuação também. É do Governo do Estado, é patrocinado pelo Governo do Estado, é patrocinado pelo imposto do cidadão.

Então cabe à Assembleia Legislativa fiscalizar, olhar e regulamentar sim tal procedimento. Inclusive, se achar necessário, até colocar um fim no próprio orçamento, dentro do Amtigos, se achar necessário esta Casa Legislativa. É prerrogativa dos deputados, é prerrogativa de todo o sistema legislativo.

O que é irresponsabilidade, aí sim, é a gente tratar crianças e adolescentes como se plenamente capazes fossem, como se tivessem condições de escolher e ser responsabilizados pelas suas ações. Não são responsabilizados criminalmente, e não podem ser responsabilizados em nenhum aspecto do nosso Direito. Consequentemente, porque não têm capacidade plena.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Se não têm capacidade plena, como estamos permitindo, dentro do nosso Estado de São Paulo, que crianças e adolescentes... E friso, crianças e adolescentes, não criminalizamos e não entramos nesse jogo da esquerda, muitas vezes, que tenta colocar como se nós fôssemos transfóbicos, como se nós estivéssemos criando um problema com o processo de transição de gênero. Reafirmo, não é.

O tema dessa CPI, o relatório e a posição de todos os parlamentares aqui, de direita, que têm um consenso nessa situação, é para preservar as nossas crianças e adolescentes, principalmente aqueles de 16 anos. Eu tenho certeza que qualquer pai e mãe que está nos escutando não permitiria que uma criança com menos de 16 anos fizesse uma tatuagem. Por quê? Porque a tatuagem é um processo definitivo.

Quando você entra em um processo de bloqueadores hormonais, que você pode ter, inclusive, uma esterilidade, é um processo definitivo. A criança pode se arrepender em inúmeros aspectos de sua vida, e talvez seja tarde demais. Então o relatório é nesse sentido, para que crianças abaixo de 16 anos, que não são nem parcialmente capazes, nem plenamente capazes, não tenham a liberação de utilização de bloqueadores hormonais e de hormônios. Porque isso pode afetar o resto de suas vidas.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para responder ao Tenente Coimbra.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Tenente Coimbra. Deputada Beth Sahão, ia passar a palavra para a deputada Professora Bebel, que se inscreveu aqui. Tem outros oradores inscritos para fazer a discussão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só porque fui citada.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Um minuto cronometrado, deputada Beth.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pode cronometrar. Primeiro, a gente aqui, eu mais do que ninguém, protejo crianças e adolescentes na minha vida, ao longo da minha trajetória. Já fui inclusive, coordenadora de frente parlamentar em defesa da criança e adolescente.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Não falei o contrário, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Segundo, o Lupron. Vocês colocam, na conclusão, vocês colocam coisas que não têm que estar na conclusão. Porque, na conclusão, vocês estão pedindo para fazer mais coisas. Isso teria que ter sido pedido aqui, nos requerimentos, ao longo da CPI.

Por exemplo, você põe assim, deputado Tenente Coimbra: “Encaminhar cópia desse relatório final ao relatório AbbVie Farmacêutica, fabricante do medicamento Lupron, para esclarecer se o mesmo pode ser utilizado...”.

O senhor está pedindo mais informações. Essa fase já terminou. E também, o último encaminhamento seu, o senhor coloca assim: “Encaminhar cópia deste relatório ao Conselho Nacional de Ética e Pesquisa, para que apresente as pesquisas protocoladas sobre a utilização de bloqueadores hormonais.”

Quer dizer, aí é um erro formal, na minha avaliação, que não deveria...

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Presidente, a oposição quer fazer o relatório deles e o meu ao mesmo tempo. Assim fica difícil. (Vozes sobrepostas.) Se não concorda com o meu, vote com o seu relatório. Senão, depois, questionem na Justiça. Se a senhora quiser fazer o seu relatório e o meu relatório, aí fica mais confortável.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O nosso relatório apresenta as conclusões. O nosso relatório não pede mais informações. Mais informações, essa etapa já se findou. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, deputada Beth Sahão. Obrigado, deputado Tenente Coimbra. Com a palavra, a deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Bom dia, Sr. Presidente. Cumprimento a mesa de trabalhos e todos os assessores aqui presentes. Agora ficou só a senhora, deputada, e Srs. Deputados.

Primeiro eu quero começar, eu acho que eu respeito muito o processo democrático. O processo democrático prescinde oposição de ideias, visão de mundo, enfim. Mas eu quero me ater à minha visão de mundo, e naquilo que eu acredito em termos de direitos humanos.

É por esse caminho que eu quero seguir. Porque eu tive uma experiência, não minha, pessoalmente. Mas na minha cidade, em Piracicaba, uma menina trans, que se transformou, que assumiu o papel de menino, se assumiu como menino. E sofreu muito. Sofreu até morrer, se matou. Por que? Se matou porque não tinha apoio psicológico, endócrino.

Porque, veja bem, deputado Tenente Coimbra, não há uma oposição, não tem um olhar endocrinológico com o psicológico. Os dois têm que andar juntos, porque trata-se de hormônio e trata-se de questão psicológica e psiquiatra.

Por isso o dr. Alexandre Saadeh esteve aqui, por isso outros profissionais estiveram aqui, exatamente para entender que essa questão de transição de gênero não é uma questão de “eu quero fazer essa transição”, ela envolve a questão endocrinológica e envolve também a questão psicológica e psiquiátrica.

Quando eu fui na linha dos direitos humanos, eu estou dizendo o seguinte: qualquer ser humano no mundo tem o direito de ser o que quer ser, isso é liberdade. Desde que a liberdade não atinja o outro e siga as regras da sociedade. Mas as regras da sociedade não impõem sexo para ninguém e não pode impor. Nós não podemos viver tempos passados em que os jovens homossexuais e os trans tiveram que ficar “dentro do guarda-roupa”.

Eu vou pedir licença, deputado, presidente Gil Diniz, para citar um colega de V. Exa., a quem eu até estimo, que é o deputado Douglas Garcia. No embate com a deputada Erica Malunguinho, ele tomou posição frente a sua escolha, o que o seu corpo queria e se assumiu publicamente. Então ele não estava bem do jeito estava, e ficou melhor. Ele ficou uma pessoa mais à vontade, mais... Enfim, sem tendo que estar dentro de uma caixa ali amarrado, como se ele não pudesse mostrar o que ele pudesse ser.

Isso, para mim, chama-se direitos humanos. Direito de qualquer um, independentemente da ideologia, do credo, independentemente do que quiser ser, no corpo dele, ele faz as escolhas, não pode ser escolha de ninguém. Então é nessa vertente que eu gosto de tratar.

Vossa Excelência também, durante a leitura do voto... E eu não quero mudar o voto, eu questiono termos que o senhor utilizou. As pessoas que vão para o Hospital das Clínicas, que é notório nessa questão, elas vão porque estão sabendo que tem ciência e elas não são cobaias. Talvez cobaias fossem, tivessem sido, sei lá, os animais, o que foram usados, mas quando vai para o ser humano, deixa de ser cobaia e passa a ser uma aplicação científica. É isso que eles fazem, entendeu?

Então, eu acho que falar em dignidade humana é falar nisso. Eu acho muito cruel a forma da negação de algo que é impossível de ficar invisível, está visível. Nós tivemos a chance de ter a primeira mulher trans nesta Casa, poderíamos ter aprendido muito com ela. Mas, me desculpe, eu não acho que ninguém a amordaçou, mas ela não se viu nesse mundo aqui da Assembleia que lacrou tudo, era tudo lacrado - vozes, inclusive, corpos não puderam falar -, então como que faz?

Então eu acredito que esse momento para nós é um momento em que, como disse a deputada Beth... E por isso eu vou na linha do nosso relatório, que fundamentou muito bem, está dentro da cientificidade, mas não vou degradar o de vocês. O de vocês está dentro do conceito que vocês acreditam, com erros conceituais, é verdade, mas não cabe a mim fazer o conserto de erros conceituais.

Eu acho que lá fora, quando os senhores fizerem o envio, as pessoas vão ler e falar: “Poxa, isso não pode ser. Isso aqui também não pode ser”, porque o termo “cobaia” foi gritante para mim. Na ciência, ela tem cobaia nos animais, mas não nas pessoas. Isso é devidamente... É algo que há um questionamento daquilo que é científico, o que é lamentável.

Eu não quero, ainda, esticar a corda, mas é extermínio isso. Quando a gente não aceita os diferentes numa sociedade, a gente está exterminando. Eu não vou colocá-los no mesmo patamar de Hitler, mas Hitler fazia isso, “é diferente de mim, eu extermino”, ou pelas palavras - V. Exas. fazem isso - ou criando regras para tal.

Como é isso, é jogar, vamos jogar para cá, para lá. Ainda pede para que tome os devidos encaminhamentos, como assim? Já tem Hospital das Clínicas de São Paulo, é reconhecidamente o melhor, está entre os melhores do mundo, entendeu? Eu não tenho dúvida nenhuma dos profissionais que aqui vieram.

A deputada Beth, com muita propriedade, apresenta o nosso voto e também faz o debate de uma forma que vai na nossa perspectiva, e eu quero dizer... Não na nossa perspectiva, porque - como é que eu digo - para nós é uma questão. Não, é uma questão científica para nós, nós temos um lado. Esse é o lado, da cientificidade.

Foi por negar a ciência que nós tivemos morte, como disse ela, de mais de 700 mil pessoas neste País, nós poderíamos ter mitigado. Eu não acho que não teriam mortes, aí eu seria injusta com o vírus que estava matando todo mundo. Mas eu acho que poderia ter sido mitigado, com a vinda da vacina, com os estudos apresentados e tantas coisas que avançaram nesse período.

Eu chamo atenção que a ciência está no melhor momento da história da ciência. Isso, deputado Guilherme Cortez, para nós é salutar. Se é verdade que a pandemia matou, o fato de ter negado a ciência colocou a ciência no patamar mais elevado do que ela já esteve, porque a ciência passou a ser buscada em todos os casos, isso é importante.

Eu termino a minha fala dizendo: vou votar com o relatório aqui apresentado por nós, mas, obviamente, sob a coordenação da deputada Beth Sahão e deputado Guilherme. E fecho dizendo: os direitos humanos prevalecem sobre qualquer outro princípio. Eu acho isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputada Professora Bebel. Com a palavra nobre deputado professor Dr. Elton.

O SR. DR. ELTON - UNIÃO - Obrigado, presidente, pela oportunidade. Quero, primeiramente, parabenizar o deputado Coimbra pela disposição de apresentar um tão importante relatório. E também gostaria de cumprimentar a condução de todos esses trabalhos, presidente Gil Diniz. Também agradecer a presença de todos os deputados e pares aqui, inclusive, os de oposição.

Eu queria fazer algumas considerações finais. Vale a pena lembrar a necessidade de cuidarmos dos mais vulneráveis, levando em conta o importante respeito que a direita tem com todos os convidados, nos quais dois convidados foram trazidos por solicitação da oposição e da mesma forma tivemos um importante cuidado e respeito para/com eles. Eu creio que o mesmo posicionamento não aconteceu por parte dos senhores de oposição.

Doutora Akemi mostrou, diferentemente do que foi comentado aqui pela deputada Beth Sahão, apenas trabalhos científicos, mesmo que aqueles trabalhos cada um de vocês não aceitaram. Mas eram trabalhos científicos trazidos de fora do país e, inclusive, trazendo embasamento, uma vez que esses trabalhos têm um seguimento muito mais longo do que aqueles que são apresentados aqui no Brasil. Então, esses trabalhos são importantes e estão à disposição de todos. Quero dizer que a ciência deve prevalecer, e por causa disso os trabalhos ali foram apresentados.

E aí eu quero lembrar uma fala que segue, vocês seguem os preceitos determinados adequadamente para vocês à esquerda, na tentativa de desmerecer o trabalho e os valores de qualquer tipo de oposição.

E aí eu quero comentar com vocês que semana passada nós tivemos aqui no Brasil o Cobrapem, que é o Congresso Brasileiro de Pediatria e Endocrinologia, e daí eu quero dizer para vocês que o tema aqui abordado por todos nós, ele foi amplamente discutido, e foram feitas palestras e trazidos dados científicos do que é realizado no exterior, e dentre esses dados, um dos países que têm mais tempo do segmento desses pacientes são os holandeses. Eles têm os maiores dados, e eles trouxeram questionamentos importantes.

Eu trago isso, uma vez que não foi possível trazer esses dados, em virtude que já estamos apresentando o relatório, mas eu acho justa a possibilidade de comentar com vocês sobre o que aconteceu ali no congresso. Eles aconselharam a realização da exposição do tema de fertilidade, ou fertilização, antes do início do tratamento de qualquer tipo de terapia hormonal.

Ou seja, quando a gente fala no estágio dois de Tanner, seja para o masculino ou para o feminino, você teria que expor para uma criança de 12 anos a possibilidade de que eles... “Como é que eu vou fazer para que você possa ainda ter filhos no futuro, guardando ou um espermatozóide ou um óvulo?”. E aí isso precisaria ser exposto para uma criança que ainda não está plenamente em condições de entender questões sobre a sua fertilidade.

Então, os holandeses trouxeram primeiramente esse questionamento, um questionamento que por muitas vezes é renegado aqui, e aí haveria necessidade de coletar desses pacientes, antes do início de qualquer tipo de tratamento, seja do bloqueador hormonal ou da terapia cruzada, o espermatozóide no menino ao nascer, ou do óvulo, fazendo o congelamento desse óvulo antes de qualquer tipo de tratamento.

E aí eles também fizeram alguns outros comentários nesse congresso, no qual inclusive o Dr. Durval estava lá presente, realizando alguns questionamentos, e perguntando sobre dúvidas que ele tinha lá, e orientaram que cirurgia só pode acontecer mesmo após os 18 anos, e a terapia, apesar de ser controverso, a terapia hormonal está estabelecida ali na Holanda a partir dos 16 anos.

E aí eu venho com alguns dados para vocês. Em virtude da grande quantidade de pacientes que fazem esse seguimento por lá, eles acabaram por demonstrar que eles tiveram, dentre o tratamento realizado em todos os pacientes, 266 homens, ou que têm o sexo masculino ao nascerem, e 616 mulheres, ou seja uma grande maioria de mulheres, que cancelaram o uso de bloqueador, e a maioria deles aconteceu por uma remissão da

disforia de gênero. E aí, a conclusão deles era: “Como nós fazemos para identificar aqueles que no futuro irão regredir ou parar com o tratamento da afirmação de gênero?”.

Outro dado importante que foi apresentado neste congresso é o seguinte. Os efeitos da densidade mineral óssea. E daí falou que os homens mantêm a condição óssea, e aí, cientificamente, eu vou dizer para vocês. Os homens, com o sexo masculino ao nascer, não tiveram redução da densidade mineral óssea com a instituição do tratamento, mas as mulheres perderam a densidade óssea.

E aí, toda aquela fala anteriormente realizada pelo Dr. Durval, de que não acontecia nada... Inclusive, a pergunta sobre a remissão óssea foi feita por ele no congresso. Ele perguntou para o pesquisador. Olha como que é importante o cientista ter a mente aberta para fazer os questionamentos. Mesmo ele sendo a referência colocada aqui, fez o questionamento no congresso, e teve que ouvir que ocorre redução na densidade óssea, principalmente em mulheres.

Outra coisa, os dados obtidos aqui pelo Dr. Durval, dizendo que isso não acontecia, então, eu agradeço até, porque esse dado foi colocado aí no relatório pelo deputado Coimbra. Então, agradeço esse questionamento que foi feito, inclusive durante as oitavas aqui.

Outra situação. Nós cumprimos com o nosso papel democrático e técnico no questionamento. Então, qualquer posicionamento no relatório que diz que é uma CPI desnecessária, colocado por vocês da esquerda, está dizendo que a democracia não tem valor. Não há possibilidade para o contrário.

Então, se eu leio aqui “uma CPI desnecessária”, eu quero dizer para vocês que eu não vou nem ler isso aqui. Eu vou largar isso de lado, porque vocês estão rasgando a democracia. Eu tenho meu direito, assim como os senhores, de trazer qualquer questionamento. Ainda mais eu, no papel de médico e técnico.

E daí eu quero dizer para a deputada Beth Sáhão que ela tentou desmerecer o meu papel como médico, dizendo que eu não sou capacitado para tal, mas eu quero relembrar também ela de que o Dr. Saadeh também não é, em virtude de ele ser um psiquiatra adulto, e a psiquiatria infantil é outro tema totalmente diferente na sua formação, assim como a endocrinologia pediátrica não tem nada a ver com a endocrinologia adulta. O que é estudado por um e por outro é totalmente diferente. Por isso, são especialidades diferentes, mas dentro do compêndio, e trabalhando como médico eu quero dizer que estou apto a ler os trabalhos de apresentar para todos os senhores também os dados.

Ainda sobre o exposto, o trabalho dos holandeses disse o seguinte: “Ainda foram expostos efeitos adversos associados ao tratamento ou condição, como as alterações do cálcio, as deficiências de vitaminas que acontecem com a instalação do tratamento, e ainda falou que aqueles que se submetem ao tratamento, como eles têm um segmento de longo prazo, eles apresentam, em virtude disso, uma maior taxa de adesão ao tabagismo”.

Outro dado importante é que aqueles que entraram no tratamento, no circuito de tratamento estabelecido por eles lá, também observaram um aumento do consumo do álcool e uma redução da expectativa de tentar realizar o cuidado na saúde com atividades físicas.

Ou seja, nós vemos que a atividade física, tabagismo e consumo do álcool, essa alteração que acontece com eles têm tudo a ver com o estado de permanente ansiedade. E daí eu quero agradecer a deputada Bebel, que fez um comentário, que eu achei de boa praxe o seu comentário sobre aquela vítima, que, em virtude de tudo que estava vivenciando, acabou optando pelo suicídio.

E daí eu quero lembrar que os trabalhos ali foram, a conclusão deles é que o tratamento em adolescentes é multidisciplinar, mas com dados muito limitados sobre o resultado a médio e longo prazo. Inclusive sobre o resultado do aumento ou redução do suicídio, os trabalhos concluíram que não dá para afirmar que o tratamento reduz o suicídio.

E aí eu queria agradecer a deputada Bebel, que comentou o fato de que, mesmo com esse tipo de tratamento, em virtude disso, e da ansiedade permanente, que não vai ser minimizada ou reduzida com qualquer tipo de tratamento como esse. Apenas talvez no primeiro ano, mas a longo prazo eles acabam por aumentar a incidência de suicídio, como foi mostrado em trabalhos aqui pela Dra. Akemi.

Ainda quero fazer o comentário que eu discordo aí dos pares de oposição então, sobre considerar desnecessária esta CPI, e a liberdade de discussão é democrática, e ela nunca vai ser desnecessária. Vale lembrar também a meta do governo federal em estimular a redução da idade para 14 anos. Só que dessa forma esta CPI coloca o pé na porta. A gente coloca o pé na porta, para impedir ações não técnicas, conforme o entendimento do próprio psiquiatra adulto, chefe do serviço Antigos, Dr. Alexandre Saadeh, que disse que não há possibilidade de reduzirmos a idade do tratamento.

Da mesma forma, esta CPI coloca de maneira bem clara a incapacidade do SUS em dar qualquer prosseguimento desse tipo de tratamento. Palavras do Dr. Durval. Por

fim, como médico e como técnico nesta CPI, eu relato a inexistência de trabalhos que relatem mudança ou melhora dos índices de suicídio em adultos que foram incluídos na terapia de afirmação de gênero.

Eu queria dessa forma parabenizar todos os trabalhos que estão sendo aqui realizados, e agradecer o relatório que foi exposto pelo deputado Coimbra, com auxílio de todos os nossos pares aqui, como sendo o relatório final apreciado por todos nós aqui nos trabalhos desta CPI.

Muito obrigado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, deputado Dr. Elton, pela discussão e pelas palavras. Com a palavra a nobre deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Eu sei que o meu querido está inscrito antes de mim, mas eu fui citada, e eu tenho que deixar claro uma coisa. O menino não estava submetido a nenhum tratamento, a nenhuma transição de gênero. Na verdade, em casa não o aceitavam como tal, por isso ele foi ao suicídio, por isso ele se matou. Talvez, se tivesse aceitado, se a família levasse, entendeu, acompanhasse todo o processo, Dr. Elton, eu acho que a gente teria a pessoa viva. Mas ele se matou porque não foi aceito. Essa é a questão. Na verdade, era ela, e nós, e até depois de morto, o que me dói é que ele não foi respeitado naquilo que ele queria ser: homem. Chamaram-no de “mulher”, que, para nós, socialmente, ele era homem.

Isso foi muito triste. Isso tem que ficar marcado, o que fica da negação de uma pessoa naquilo que ela quer, que ela tem o direito de ser, ela quer ser. Agora, não use o meu exemplo para justificar a tese do senhor, porque não foi isso que eu disse, não foi para elucidar que o tratamento e o acompanhamento de transição pode vir a trazer transtornos mentais e levar à morte, porque não foi isso que eu disse. Simples assim. Muito obrigada, Dr. Elton. Gostaria que o senhor, que fez a instigação, que o senhor prestasse atenção no levantamento da questão que o senhor mesmo levantou, e com a qual eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Com a palavra o Dr. Elton.

O SR. DR. ELTON - UNIÃO - Deputada Bebel, em todo segmento que é realizado eu vejo que há um demérito em qualquer tipo de tratamento quando a gente fala de psicoterapia e apenas esta CPI fala do tratamento hormonal. E quando eu falo do tratamento hormonal, eu não desmereço o tratamento de psicoterapia e de tratamento e acolhimento de todos eles. Esta CPI, cabe a ela investigar e avaliar o tratamento hormonal e pelo tratamento hormonal isso não deveria acontecer, para, infelizmente, com esse que estava em sofrimento, mas a terapia, sim, o acolhimento, sim. Não sou desfavorável ao acolhimento dessa pessoa, mas contra o início do tratamento hormonal, que fique bem claro aqui nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Dr. Elton. Mais algum deputado inscrito para a discussão?

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Eu me inscrevo, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Com a palavra o nobre deputado Guilherme Cortez.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Muito obrigado, presidente, todos os deputados, especialmente minhas colegas, Professora Bebel, professora Beth Sahão, que ao longo desses meses tão difíceis de batalha aqui na CPI, em minoria, mas defendendo a verdade, direitos humanos, a sensibilidade, foram grandes parceiras e que agora, junto comigo, apresentam esse relatório. Presidente, hoje esta CPI chega ao fim. Como V. Exa. sabe, com todo o respeito à sua competência de propor as CPIs que considera mais adequadas, mas, desde o começo, eu sou muito crítico, tenho muitas dúvidas sobre as intenções desta CPI, pelo fato de que nós vivemos hoje um acirramento do debate político em relação à população LGBT no Brasil.

Quando soube que esta CPI seria proposta, ela me pareceu uma tentativa de estimular isso, estimular o pânico moral, o preconceito, a estigmatização, da situação de vida de pessoas que já sofrem tanto no nosso País. Embora o objeto desta CPI fosse o ambulatório do Hospital das Clínicas, em mais de uma oportunidade, nós tivemos a chance de discutir a realidade da população trans no Brasil. E acredito que isso tenha sensibilizado os deputados de ambos os lados desta mesa de que ser LGBT, mas

Divisão de Registro de Pronunciamentos

sobretudo ser travesti, transexual, transgênero, no Brasil não é fácil, não é um deleite, não é um privilégio, não é uma vaidade.

Na verdade, é uma condição, é uma orientação, é algo intrínseco da nossa identidade e que, no Brasil, não traz para gente nenhum privilégio, mas traz muito sofrimento desde a infância. Eu lamento muito que ao longo desta CPI a gente não tenha tido, nem entre os parlamentares aqui, mas também entre as pessoas que foram chamadas para se ouvirem, nenhuma pessoa trans, nenhuma pessoa que chegou na fase adulta e passou pelo tratamento, pelo acompanhamento do Amtigos, para a gente poder ouvir essa realidade, em primeira pessoa, das pessoas que dependeram desse equipamento médico para ter um atendimento à sua saúde, para evitar uma situação muito pior.

Eu disse uma vez, presidente, que os deputados proponentes, signatários desta CPI, teriam uma oportunidade de mostrar que eu estava errado, se de fato esta CPI, e o relatório final dela, e o relatório a ser apresentado pelo relator, o deputado Tenente Coimbra, fosse um relatório sério, imparcial e embasado na ciência. Eu acredito, com todo o respeito, deputado Tenente, que o relatório de V. Exa. é o mesmo relatório que o senhor poderia ter feito no primeiro dia desta CPI, porque eu não vi no relatório do senhor, que eu cuidadosamente li, nenhum avanço, levando em consideração o debate que esta CPI fez.

A gente teve três oitivas aqui, três oitivas: uma com uma profissional que não é especialista no tema, que não é do estado de São Paulo, muito menos conhece o Amtigos, mas foi convidada, deu sua contribuição, e duas com profissionais muito gabaritados, muito reconhecidos pela ciência, que trabalham diariamente com o Amtigos. Os próprios deputados da situação que foram proponentes, destaco especialmente o papel de deputado Tomé, que foi absolutamente sensível e racional nesse debate, reconheceram em determinado momento: “Bom, fica claro que não tem nenhum indício para se criminalizar e para se repreender a conduta do ambulatório”.

E fica claro também que o problema não é esse, isso foi uma coisa que a gente falou durante várias reuniões, e que eu não li no relatório do deputado Tenente Coimbra, sobre as clínicas clandestinas, sobre o risco da auto-hormonização, sobre os riscos que realmente existem quando a gente não tem um equipamento como o Amtigos, quando a gente não tem profissionais capacitados, qualificados, como são os profissionais do ambulatório do Hospital das Clínicas.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Aliás, o principal hospital do País, reconhecidamente, renomadamente, um dos principais hospitais da América Latina, que, na ausência de equipamentos como esse, aí sim, essas pessoas, essas famílias, esses adolescentes em situação de disforia de gênero, de profundo sofrimento, eles não vão ter acompanhamento, e sem esse acompanhamento médico, aí, sim, a gente vai estar colocando crianças e adolescentes para buscar a auto-hormonização, para buscar prostituição, para adoecimento, evasão escolar, para procurar por clínicas clandestinas, para procurar orientação através da internet, de vídeos do Youtube, e aí, sim, a gente vai ter um grande problema de saúde pública com as nossas crianças e adolescentes, que eu quero acreditar, porque eu acredito no melhor das pessoas, que essa seja a sincera intenção de cada deputado nesta CPI.

Mas se tem tanta preocupação com o risco de essas crianças e adolescentes não terem a capacidade de tomar suas próprias decisões e fazer um procedimento que vai colocar em risco a sua saúde, então esse relatório devia dizer: “ainda bem que existe o Amtigos”. Não deveria existir um Amtigos, deveriam existir vários, porque, daí, toda criança, todo adolescente, toda família, nessa situação, teria um profissional médico para atender, ainda bem, e evitar que utilizassem substâncias sem acompanhamento, Dr. Elton, e evitar que essas crianças e adolescentes fossem procurar informação insegura na internet.

Então me parece, respeitosa, que eu esperava, e eu falei isso várias vezes, que a gente pudesse ter um relatório em comum aqui, talvez fosse ingenuidade, mas porque me pareceu que a CPI, mesmo com toda a desconfiança que eu tinha a princípio sobre ela, mas se a gente desse voz à razão, à ciência, e aos profissionais que estiveram aqui, resta claro que o Amtigos, o Hospital das Clínicas, não destoa um milímetro do que é a Resolução do Conselho Federal de Medicina. Pelo contrário, o Amtigos faz um trabalho tão reverenciado que foi o paradoxo, que foi emblemático, para a Resolução do Conselho Federal de Medicina, é um exemplo para o País, é pioneiro para o País, e no mundo, tanto que o próprio deputado Tenente Coimbra fala: “Nós não encontramos nada que, de fato, possa colocar no relatório como indício de criminalização. Nós vamos remeter ao Ministério Público para que eles façam a análise, que é da competência deles.”

E quanto a isso, embora eu ache que seria desnecessário ter no relatório, eu não me preocupo, relator, porque eu tenho absoluta certeza de que o Ministério Público, como já fez outras vezes, vai concluir que não existe nenhum indício, nenhuma

Divisão de Registro de Pronunciamentos

irregularidade, nada ilegal, acontecendo lá, assim como os deputados sabem, assim como esta própria CPI, que, no meu entendimento, começou querendo encontrar algum argumento para criminalizar o serviço lá, não encontrou, e o relatório do deputado Tenente Coimbra não encontra, não dá provas; pelo contrário, indica para que o Ministério Público siga uma investigação que o Ministério Público já realizou, porque não existe nada de errado acontecendo lá.

Quero dizer, presidente, que eu espero que isso aqui tenha sido proveitoso mesmo para que a gente pudesse, apesar de eu achar essa CPI desnecessária, por isso concordo com o título, porque para quem nos acompanha pode não saber como funciona a Assembleia Legislativa, mas só podem funcionar cinco CPIs por vez nesta Casa.

Ou seja, para esta CPI ter existido durante seis meses, e ter se reunido uma dúzia de vezes, boa parte das reuniões sequer deram quórum por conta dos deputados que foram propositores, para esta CPI ter existido até agora outras CPIs importantes deixaram de existir, para investigar coisas que eu tenho certeza que eram muito mais centrais, importantes para o povo do estado de São Paulo, para investigar os problemas que as pessoas estão passando na ViaMobilidade, nas vias privatizadas do transporte público.

Tenho certeza que o que não falta no estado de São Paulo é problema para a gente sentar, discutir e fazer CPI, mas infelizmente temas importantes tiveram que ficar de fora para que a gente pudesse fazer essa CPI ao longo desse ano. Para mim bastava a gente pesquisar no Google a resolução do Conselho Federal de Medicina e nos pouparia tempo, dinheiro e atenção da imprensa, da assessoria e dos deputados.

Mas já que foi feita, eu espero que essa CPI tenha servido para a gente poder limpar um pouco do pântano, do pânico moral que existe no nosso País, sobretudo quando a gente vai falar da população LGBT.

E a conclusão, presidente, que eu gostaria que ficasse dessa CPI, inclusive para os deputados que honestamente, como o deputado Tomé já disse, vieram para essa CPI com muitas dúvidas, com muitas preocupações sinceras, é a seguinte: pessoas trans e pessoas com disforia de gênero existem, e elas não nascem com 18 anos; elas nascem como qualquer um de nós. Elas passam pela infância, pela adolescência e pela vida adulta.

Essas pessoas existem. Pessoas com disforia de gênero existem. Adolescentes manifestam disforia de gênero, independente de se os deputados acham que isso é legítimo ou não, às vezes na adolescência, isso é muito individual de cada pessoa ou

não. Tem gente que vai manifestar uma incongruência com seu gênero na vida adulta, mas essas pessoas existem. Isso é um fato e nenhuma CPI, nenhum relatório vai mudar essa realidade.

O que cabe à CPI, o que cabe ao relatório fazer é dizer: diante da existência dessas pessoas, o que nós vamos fazer com elas? Nós vamos acolher, vamos dar atendimento, vamos oferecer um serviço médico de qualidade para que essas pessoas não se coloquem em risco? Ou, deputado Tomé, a gente vai bater a porta na cara delas? Falar: “Nós não aceitamos, nós não achamos que você tem direito de estar passando por essa condição. Você está enganado de estar assim.” E esperar que essa pessoa vai voltar atrás? Não vai, tem um elemento da identidade de cada pessoa.

E daí o que ela vai fazer é que ao invés de procurar o Amtigos, ao invés de procurar o melhor hospital do Brasil, ela vai procurar uma clínica clandestina. Ela vai procurar silicone industrial, ela vai procurar comprar hormônios sem ela ter uma recomendação médica para isso, e aí, sim, a gente vai ter um grande problema de saúde no nosso País com as crianças e adolescentes.

Então, eu gostaria que a gente tivesse chegado ao final dessa CPI com uma outra conclusão. E faço esse apelo: se a preocupação aqui verdadeiramente é com as nossas crianças e adolescentes, que eu acho que merecem toda a nossa atenção, que a gente não invisibilize que existem crianças que passam pela disforia de gênero e que precisam, têm direitos, têm o mesmo direito à saúde que qualquer um de nós.

Acredito que exceto eu e o deputado Guto, todos os deputados aqui têm filhos e filhas, se eu não me engano. E eu tenho absoluta certeza, deputado Gil, que nenhum dos deputados, nem aqueles que discordam de mim nesse tema, nenhum dos deputados se passasse por uma situação dessa na família, se seu filho, sua filha, a pessoa que você mais ama no mundo manifestasse disforia de gênero, eu tenho absoluta certeza que todo deputado aqui não ia medir esforços, medir esforços para atenuar esse sofrimento, para que essa criança, esse adolescente pudesse ter um acompanhamento médico, pudesse ser poupada de um risco. Eu tenho absoluta certeza.

Por isso eu não me preocupo com remeter ao Ministério Público para procurar algum indício de criminalização, que aliás essa CPI em seis meses não conseguiu. O Ministério Público vai dizer que também não encontrou nada, isso não me preocupa. O que eu acho que é muito desnecessário, presidente, é recomendar a interrupção, a paralisação do trabalho do Amtigos.

Veja bem, eu acho que isso é muito desnecessário, eu acho que isso não é... Vejam bem, deputado e deputado Tenente Coimbra, a gente está falando de um atendimento médico, que o senhor pode discordar do mérito, mas é um atendimento médico que está sendo prestado para pessoas que precisam, para familiares que, em situação de desespero, só encontraram o Amtigos para fazer isso, pessoas que estão nesse tratamento.

Vocês escutaram depoimentos emocionantes do Dr. Alexandre Saadeh e Dr. Durval Damiani de como essas famílias e esses pacientes chegam ao Amtigos e como que eles saem do Amtigos. Inclusive se a preocupação dos senhores é de minimizar a possibilidade de a pessoa se arrepender, vocês deviam glorificar de pé o Amtigos, porque com esse acompanhamento, como o próprio Dr. Alexandre disse, esses pacientes têm mais oportunidade, mais tempo de refletir se de fato eles passam por uma disforia de gênero ou não. Ou seja, um trabalho que o Amtigos faz é um trabalho fundamental.

Fico feliz, presidente, que apesar de... Acho que durante boa parte da discussão entre nós tentou-se negar a verdade, tentou se retomar, caricaturar coisas, não sei se para fazer corte nas redes sociais, mas eu acho que essa CPI colateralmente cumpriu um papel importante, um papel importante de explicar para a população, posicionar a população o que acontece em relação à transição de gênero no Brasil.

Em primeiro lugar, não existe cirurgia de redesignação sexual em menores de idade nem no Amtigos nem em nenhum lugar do Brasil, exceto em clínicas clandestinas que atuam à margem da lei. Não é o caso do Amtigos. Não existe. Qualquer insinuação de que se está operando, fazendo intervenções cirúrgicas em menores de idade com fim de transicionar, de fazer a redesignação sexual dessas pessoas é mentira e tem que ser tratado como mentira, ainda mais no Amtigos, a não ser que a gente ache alguma clínica clandestina que realiza isso. Não é o caso do Amtigos. Isso sequer é permitido no Brasil de acordo com a resolução do Conselho Federal de Medicina.

Não existe qualquer procedimento, exceto acompanhamento psicológico em crianças. Então, quando a gente fala crianças e adolescentes, bloqueio hormonal em criança é mentira, é mentira. O bloqueio hormonal é admitido a partir da puberdade, não em crianças. O Amtigos não faz nada em crianças; o que o Amtigos faz é o acompanhamento psicológico, ou os deputados são contra também o acompanhamento psicológico de crianças? Acho que não, não existe.

Bloqueio hormonal existe a partir do estágio Tanner II da puberdade em condições muito bem delimitadas. Não acontece nada em criança. Dizer que está se

bloqueando os hormônios de uma criança é mentira, dizer que está fazendo cirurgia de redesignação sexual em menor de idade é mentira. E existe, sim, um enorme problema em relação à transição de gênero no Brasil, sobretudo com crianças e adolescentes. Esse problema se chama - para concluir - esse problema se chama clínicas clandestinas, auto-hormonização, silicone industrial. Esse problema existe quando equipamentos como o Amtigos deixam de existir ou são insuficientes.

Portanto, presidente, espero que para essa CPI ainda me convencer e ainda mostrar que eu estava errado, acho que os deputados podem me dar uma prova de que eu estava errado, de que o objetivo dessa CPI não era fazer mais do mesmo, não era estimular o pânico moral, a desinformação, de que o objetivo realmente era cuidar das crianças e dos adolescentes e sanar uma questão que muitas pessoas tinham dúvidas.

Para isso, eu acho que a gente pode ter um relatório muito melhor do que o relatório do deputado Tenente Coimbra, que aponte, que confirme que durante essa CPI não foi constatada nenhuma irregularidade no trabalho realizado pelos profissionais qualificados e sérios do Hospital das Clínicas, que ateste que esse trabalho não só não é irregular, mas é um trabalho importante para o direito à saúde dessas crianças e adolescentes e portanto não deve ser interrompido, mas deve ser incentivado, mas deve ser ampliado, e que justamente a ausência desse trabalho, a ausência desse equipamento é que vai levar a gente a ter sério problema no nosso País, em que crianças, adolescentes e os seus familiares não vão ter o acompanhamento médico adequado, necessário, público e qualificado para aí, sim, poderem acompanhar sua disforia de gênero e minimizar as consequências desse processo que já é tão doloroso.

Concluo dizendo, presidente, que esses meses foram muito difíceis porque, como um dos parlamentares que orgulhosamente é LGBT e preside a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População LGBT, eu recebi muitas mensagens de pais, de mães, de profissionais desesperados, pais e mães como os senhores, que na melhor das intenções de oferecer, deputada Bebel, um atendimento para sua criança, para o seu filho, para um adolescente para evitar o bullying, para evitar que essa criança se automutile, para evitar... sabe, que seu filho procure um tratamento que não é adequado que encontraram em um ambulatório médico que atende menos de 100 pessoas no Brasil atualmente em um ambulatório médico na cidade de São Paulo, uma chance de ter esse tratamento. Eu durmo tranquilo, coloco minha cabeça no travesseiro todo dia tranquilo de que a minha atuação neste Parlamento não está a serviço de fazer

nenhum pai, nenhuma mãe, nenhuma criança, nenhum profissional médico ter medo de continuar o seu trabalho, de buscar o seu acesso à saúde.

Eu acho que esta Assembleia Legislativa, que é a maior do País, pode dar uma grande contribuição e mostrar que todos nós que tínhamos dúvidas sobre a CPI estávamos errados se esse relatório terminar prezando e zelando pelo direito à saúde, pelos Direitos Humanos, pelo respeito a essas pessoas que hoje têm no Amtigos a única oportunidade de um atendimento médico de qualidade.

E por isso se o relatório do deputado Tenente Coimbra não for alterado declaro meu voto no relatório apresentado por mim, pela deputada Bebel e pela deputada Beth Sahão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Guilherme Cortez. Com a palavra o nobre deputado Guto Zacarias.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Bom dia a todos os deputados. Eu confesso que eu não ia falar, juro mesmo, mas eu não aguento; é demais para mim. Tem cada coisa aí e eu não sei nem por onde começar, mas vamos lá, vamos pelo começo. “Essas pessoas existem”. Não, essas pessoas não existem. Criança trans não existe. Criança trans como eu disse no primeiro dia desta CPI e repito no final, porque não me arrependo das minhas falas, criança trans é igual a gato vegano.

A gente sabe muito bem quem está tomando essa decisão. Então vamos lá, o Cortez disse que ele é presidente da Frente dos LGBTs. Tem a Professora Bebel, que é do PT, a professora Beth Sahão, que é do PT; eu duvido qualquer parlamentar falar a sigla atualizada dos LGBTs, duvido, até o final. Duvido, duvido, porque hoje: “LGBT...”.

Não, a gente já tá com mais de dez letras na sigla LGBT. Duvido, duvido. Por favor, Professora Bebel, se a senhora souber, duvido. Presidente da Frente LGBT, o senhor sabe a sigla atualizada dos LGBTs. O senhor sabe, presidente? Então vamos lá, a sigla atualmente é LGBTQQICAAPF2K+. Essa é a sigla atualizada dos LGBTs, gente. Vou repetir: LGBTQQICAAPF2K+.

Essa é a sigla atualizada dos LGBTs. A gente vai chegar numa pessoa de cinco anos, seis anos, quatro anos, como o deputado Coimbra falou: “Não pode fazer uma tatuagem, não pode dormir na casa do coleguinha”. A gente vai chegar com essa sigla

gigante para uma pessoa de cinco anos e falar: “Tem isso aqui, o que que você é? Você pode ser LGBTQICAAPF2K+”.

Alguém de cinco anos. E a partir da decisão dessa pessoa com isso, com cinco, seis anos, quatro anos, a gente vai começar a tratar com hormônio eventualmente essa pessoa por uma decisão que, como o deputado Elton colocou, pode ser muitas vezes definitiva, com efeitos colaterais, com danos nos ossos da pessoa?

Com certeza não é e a deputada Beth Sahão falou aqui que ela é boa de matemática, provavelmente a gente vai aprovar o relatório do deputado Coimbra, porque cinco ganha de três. Não é apenas por isso.

É porque no dia 2 de outubro rolou a boa e velha eleição e na eleição o povo de São Paulo elegeu um Parlamento majoritariamente de direita, de pessoas que têm alguns valores, que têm alguns princípios e esses princípios são expressos não só no governador, não só no Senado Federal, não só plenário da Assembleia como na CPI e nas comissões também.

E faz parte também da democracia - evidentemente a Minoria, a oposição é eleita também - mas faz parte da democracia que a Maioria também tenha a sua voz escutada e está sendo escutada nesta CPI.

E mais uma vez eu gostaria de elogiar o belíssimo relatório do deputado Tenente Coimbra. É um belíssimo relatório que teve mentiras sobre esse relatório. Como assim esse relatório poderia ser apresentado no primeiro dia desta CPI? Basta ler o relatório, a deputada Beth Sahão aparentemente leu esse relatório. Não dá para dizer que daria para apresentar esse relatório no primeiro dia.

Eu trouxe vários pontos aqui: na página 18, na página 19, na página 22, na página 24, na página 27, na página 28, na página 31, na página 33, 35, 40, 42, 43, 45, 47, 51, 53.

Enfim, várias outras páginas mostram pontos que foram coisas obtidas através das oitivas desta CPI que, repito, no dia 2 de outubro a população elegeu um Parlamento majoritariamente de direita e mesmo assim nesta CPI feita por um deputado bolsonarista, que é o caso do presidente Gil Diniz, nesta CPI as oitivas foram mais de pessoas indicadas pela oposição - dois médicos - do que pessoas feitas pela situação.

Nós da Maioria queremos ouvir inclusive a Minoria. É isso que nós fizemos aqui. Aprovamos oitivas e requerimentos de gente da oposição. Repito mais uma vez: não tinha como esse belíssimo relatório do Tenente Coimbra ter sido feito no primeiro

dia. Trago aqui um ponto da página 19, por exemplo. Estou citando fatos. Vamos lá, trecho da página 19.

O protocolo adotado pelo Antigos sob o pretexto de “ganhar mais tempo para a criança tomar decisões sobre o próprio corpo” é rebatida com as estatísticas apresentadas pelo deputado Guto Zacarias durante a CPI. “Em 2022, a Komodo Health, empresa de tecnologia em saúde, compilou dados de planos de saúde revelando que 4.780 crianças foram postas no bloqueio de medicamentos entre 2017 e 2021.

No mesmo período, o número de diagnósticos de disforia aumentou em três vezes para a idade entre seis e 17 anos nos Estados Unidos. Mostra que, em quase cinco mil crianças que nós bloqueamos a puberdade, dessas cinco mil crianças, comparados com outros grupos que não tiveram essa puberdade bloqueada, aumentou em três vezes o diagnóstico de disforia. Ou seja, o que mostra esse dado?

Que nas crianças que nós bloqueamos a puberdade aumenta em três vezes a chance de elas serem diagnosticadas com disforia”. Ou seja, mais uma vez o Tenente Coimbra citando algo que rolou nesta CPI. Como poderia ter sido feito no primeiro dia? Como poderia ter sido feito? Essa é a pergunta feita por mim evidentemente para um médico inclusive de um requerimento feito pela oposição. Escutamos a oposição, majoritariamente escutamos a oposição. Então, assim, absurdos foram falados.

E mais uma vez citando o caso da Dr. Akemi aqui, que é uma pessoa que evidentemente eu concordo sobre a questão da nossa CPI - discordo sobre várias coisas porque ela não está aqui para falar a opinião dela sobre a pandemia e sim para falar sobre o tema proposto.

Mas se vocês quiserem falar sobre anticiência na pandemia - eu que tenho várias discordâncias com várias pessoas de direitas sobre pandemia, tomei todas as vacinas, etc. - eu trouxe algumas frases aqui de duas personalidades políticas sobre pandemia, sobre anticiência, etc.

Primeira frase, vamos lá. Dia 14 de maio de 2020 - está no Twitter até agora dessa figura política -, vamos lá: “Parabenizo a comunidade científica de Saúde do nosso País que trabalha com boa fé e amor para proteger a saúde das pessoas. Com eles avançamos na produção de difosfato de cloroquina, um medicamento eficaz para o tratamento contra a Covid-19. Sim, nós podemos”.

Essa frase não é minha; discordo dela. Não usei cloroquina, não tenho nada a ver com isso. Essa frase é do Nicolás Maduro; está no Twitter dele. A Venezuela foi um dos países que usaram cloroquina e usaram a questão da cloroquina para desqualificar a

Divisão de Registro de Pronunciamentos

única doutora feita pela base nesse dia. Tenho mais uma frase aqui de alguém que eu tenho certeza que vocês concordam.

Repito, não concordo com essa frase do Nicolás Maduro, mas tem gente que gosta do Maduro. Vamos lá: “Ainda bem, ainda bem que o monstro do coronavírus veio para demonstrar a necessidade do Estado”. Luiz Inácio Lula da Silva, 19 de maio de 2020. Frase pública de todos aqui. “Ainda bem que veio”.

Então, assim, vamos combinar que desqualificar uma doutora qualificadíssima, como é caso da Dra. Akemi, por conta da opinião política dela na pandemia, não deve ser feito, porque a gente não usou isso para falar de nenhum dos médicos solicitados pela oposição, que foram maioria, foram maioria, mesmo a oposição sendo nesta Casa a Minoria.

Bom, sobre a população LGBT que vai sair já daqui a pouquinho no Metrópolis, no Globo: “Os deputados da base do governo Tarcísio são transfóbicos”... Ai, meu Deus, só porque discordaram do PT e do PSOL; aí você vira automaticamente transfóbico, racista, machista.

A virtude hoje em dia tem lado político. Se você não é daquele lado político você não tem mais as virtudes, o que é um absurdo, né? Mas, bom, sobre a população LGBT, tenho muita preocupação com essa população. Como dito, não me lembro agora se foi a Professora Bebel, o Cortez ou a deputada Beth Sáhão, há uma população que tem uma média ali de vida de 30, 35 anos. Isso é um absurdo.

Tão absurdo que nós temos que criar políticas públicas para melhorar essa questão. Repito mais uma vez o que já disse várias vezes nesta CPI: eu detesto tanto quem mata trans que eu quero que essas pessoas vão pra cadeia e apodreçam na cadeia. Eu detesto tanto quem mata gay, quem mata negro evidentemente, quem mata mulher, que eu quero que essas pessoas vão pra cadeia. Eu tenho essa preocupação com a população trans.

Eu tenho a preocupação que elas tenham uma melhor qualidade de vida. Por isso já apresentei vários projetos que tratam desse tema. Por exemplo, eu já aprovei aqui nesta Casa o Programa Jovem Capitalista, o Programa Jovem Paulista, aprovado quase por unanimidade. O único partido que não votou a favor foi o PSOL. O PT votou a favor desse projeto e acho que fez certo. Não é um projeto ideológico.

Ele trata de colocar noção básica de Direito, de Política e Economia na sala de aula para todo mundo, para escola pública, para os mais pobres, para eventualmente as pessoas trans. Aprovamos ontem o relatório do Programa Prontos para o Mundo: 70.000

crianças com aulas de idioma e num segundo momento 3.300 crianças com intercâmbio para educação; branco, rico, hétero, gay, trans, de todas as maneiras.

E tem várias outras políticas públicas para a gente melhorar a vida dessa população porque o que essa população precisa são propostas racionais, é de política pública feita com razão, feita com dado, feita com estatística, e não com discurso emocional. Não discurso emocional.

Enfim, para não me estender muito aqui, sei que os deputados já querem almoçar, alguns querem falar mais um pouquinho, parabenizar o deputado Gil Diniz por, mais uma vez, fazer uma belíssima CPI. Fizemos uma grande CPI aqui hoje.

Muitos deputados criticam aqui, o tema do relatório do PT é: “uma CPI desnecessária”, feito por deputados que, repito mais uma vez, não propuseram nenhuma CPI, não conseguiram assinaturas para nenhuma CPI. Se não tivesse esta, não teria outra CPI, eles não conseguiram. Não conseguiram. O deputado Gil conseguiu, os demais deputados conseguiram colocar as suas assinaturas, não colocaram.

Então, enfim, para concluir...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Me dá uma ordem...

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Eu vou concluir, eu vou concluir. Eu vou concluir, Beth. Eu vou concluir, Beth. Eu vou concluir, Beth. Deixe-me concluir, Beth. Deixe-me concluir, Beth.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só para falar da CPI.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Está acabando.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Com a palavra o deputado Guto Zacarias, deputado Beth. Deixe-o terminar. O deputado Cortez aqui, o último, falou por 20 minutos, e eu não cortei a palavra dele.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - É que a Beth, enfim... Bom, vamos lá.

Parabenizo o deputado Gil Diniz pela criação desta CPI, pela condução dos trabalhos. Parabenizo o deputado Coimbra pelo excelente relatório, que mostrei, provei

aqui, estão aqui as páginas, não daria para ter sido feito no primeiro dia como deputado Cortez fez, não daria. Citei vários trechos aqui.

E é isso, vamos para a próxima CPI. Eu espero que essa CPI seja a CPI do dia seis, quando vândalos invadiram a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, tentaram deprestar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, agrediram vários deputados, eu, inclusive, verbalmente, na Assembleia Legislativa, e vários policiais, fisicamente.

Está lá o deputado com a cabeça rachada, com o dedo quebrado. É isso, agrediram. Espero que essa seja a próxima CPI, para a Dra. Beth ter a oportunidade, mais uma vez, de ficar me interrompendo a qualquer discurso. É isso, gente, bom dia a todos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Só um minuto, deputada Beth. Rapidamente, já é quase meio-dia, a gente tem outros oradores. O deputado Guilherme Cortez também pediu a palavra. Vossa Excelência tem a palavra.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É só para dizer para o deputado Guto Zacarias que eu tenho, sim, uma CPI protocolada, de minha autoria, inclusive, para investigar o feminicídio neste estado, que é um dos estados que mais mata as mulheres. Está protocolada aí, não sei se V. Exa. assinou, mas se não assinou...

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Manda para mim que eu assino hoje em dia, mas, no caso, eu estava falando do PSOL. Eu estava falando do PSOL, como foi claro.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu tenho CPI protocolada.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, deputada Beth. Com a palavra o deputado Guilherme Cortez.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Vou ser bem breve, presidente. Queria dizer que quem assiste na íntegra ou quem está aqui com a gente não entende as

Divisão de Registro de Pronunciamentos

falas do deputado Guto, porque ele transita de tudo. Ele passou pelo Maduro, daí ele falou que para resolver a questão da transfobia ele aprovou o “Jovem Capitalista”, aí ele fala do PT e do PSOL, daí ele volta aqui, volta acolá, ele fala do Congresso Nacional.

É assim, é o primeiro caso de um deputado que é um TikTok ambulante. Ele só consegue fazer falas de um minuto e meio, porque depois vai virar corte, então o nexo é desprezado, não se precisa de nexo. Você vai lá, fala uma coisa, aí depois você vai lá, você fala uma outra coisa, “mas o Maduro”, depois você vai lá e fala: “a próxima CPI vai ser a CPI dos atos antidemocráticos”.

Isso também é uma maneira de você distorcer o debate, porque não tem um debate racional a se fazer. O deputado, em diversas ocasiões, fez perguntas redundantes para os médicos, mesmo sabendo que não era verdade, porque não era uma questão.

Eu acho que tem muitos deputados que estão na CPI que, de fato, vieram para cá, como o deputado Tomé, acredito que o deputado Gil também, com dúvidas e vontade de ter esclarecimentos a respeito do tema. E o deputado Tenente Coimbra, que fez perguntas pertinentes, algumas de que eu discordo, mas perguntas pertinentes, para que os médicos respondessem.

A maioria das perguntas do deputado Guto foram perguntas redundantes, porque ele perguntava para o médico, respondia, depois perguntava para o outro a mesma coisa, respondia a mesma coisa, sendo que bastava pesquisar isso na internet, que ele tinha a informação.

Mas a questão é, para ele e para essa corrente de pensamento, que é o novo bolsonarismo, que quer disputar o espaço de vocês como uma coisa ainda mais fake news, mais pânico moral, mais absurda do que o bolsonarismo, já que o Bolsonaro perdeu a eleição presidencial, a verdade não importa, a verdade é um detalhe. Tudo o que importa é você fazer uma frase de efeito, você confundir as pessoas e você usar o pânico moral para tentar ganhar um debate, fazer um corte, distorcer uma informação. Eu acho que isso é uma pena, muito pobre para o debate.

O deputado recorrentemente fez perguntas retomando fake news que já tinham sido esclarecidas por parte dos profissionais, ele fez várias perguntas aqui do tipo “por que o estado de São Paulo está fazendo intervenções cirúrgicas em crianças, em menores de idade?”, sendo que ele sabe que isso é mentira, e não tem coragem de falar que é verdade, porque ele sabe que o Conselho Federal de Medicina tem uma resolução que proíbe isso antes dos 18 anos, ele sabe que não é objeto do Amtigos, mas faz.

Por quê? Para o MBL, para o bolsonarismo, para essa turma da fake news, a verdade é o que menos importa. O que importa é você fazer um corte, você lacrar, você falar coisas desconexas, sem sentido, que vão desde a Venezuela, passando pelo Congresso Nacional, passando pelo “Jovem Capitalista”, e que, no limite, não dizem nada a respeito, tentar ridicularizar o movimento LGBT com uma palhaçada, mas isso não nos leva a nada.

Isso é só a velha política de sempre, só que agora sabe mexer na rede social. Então acho que isso retrata bem qual foi o nível, qual foi a minha preocupação em relação à CPI, que essa CPI servisse para fazer justamente isso. Espero que essa não seja a posição e acredito que essa não será a posição de todos os deputados.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, deputado Guilherme Cortez. Com a palavra o deputado Guto Zacarias, depois a Professora Bebel para as considerações.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Repito, mais uma vez, não iria falar de novo, não iria falar de novo, mas não tem como. Deputado Cortez, eu não estou tendo uma atuação parlamentar para agradar V. Exa., não sei se o senhor reparou.

Eu não estou nesta CPI, na Comissão de Educação e Direitos Humanos, em sete frentes parlamentares, com mais de 50 projetos protocolados, na vice-liderança do Governo, na Presidência da Frente Parlamentar pela Privatização da Sabesp, com dois projetos já sancionados pelo governador, com uma relatoria aprovada de um projeto que, com certeza, será sancionado pelo governo, eu não estou fazendo tudo isso para agradar Vossa Excelência.

Se eu quisesse agradar V. Exa., como todo mundo sabe, era só ficar defendendo ditadura ao redor do mundo, que eu teria completamente o seu apoio. Agora, vamos lá, tem que ter muita autoestima, tem que ter muita autoestima. Acredito que o deputado Guilherme Cortez seja um deputado de muita autoestima para achar que eu preciso mentir ou fazer fake news para ganhar um debate de Vossa Excelência. Tem que ter muita autoestima, tem que se achar demais.

Todos os enfrentamentos que nós já tivemos, inclusive debate gravado, sem edição nenhuma, o debate, o senhor perdeu. No meio do debate ligou um eleitor do senhor, de Franca, no meio do programa, para dizer “Cortez, eu sou de Franca, o senhor

está mentindo sobre a Sabesp”. (Vozes fora do microfone.) Tem que ter muita autoestima.

Como é que é?

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Esse eleitor era do MBL.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Esse eleitor é do MBL? Gente, o vídeo está na TV Alesp, não é no canal do Guto Zacarias.

Felizmente, nós temos vários seguidores, todos os deputados da base de direita têm vários seguidores e, aparentemente, um desses seguidores, com certeza, é o deputado Guilherme Cortez. Ele citou os meus projetos na fala dele, ele citou a minha pergunta na íntegra, citou a minha pergunta na íntegra aqui, uma das perguntas que fiz a um dos doutores, citou várias coisas aqui, citou o MBL, citou a ideia, aparentemente, do MBL.

Cortez, vai ter um pouco de fixação no seu mandato parlamentar, cara, que já está terminando um ano, e você não conseguiu protocolar uma CPI, e ainda critica a CPI dos outros. Vai protocolar CPI. A deputada Beth, a deputada Bebel, o PT protocolou várias CPIs, o PSOL não protocolou nenhuma até agora, não conseguiu coletar assinaturas. Vai ter um pouco mais de estratégia parlamentar.

Enfim, presidente, mais uma vez, parabenizar pela criação desta CPI, pelo andamento desta CPI, declarar meu total apoio ao projeto de lei oriundo desse belíssimo relatório e dizer “bora” para a próxima.

Sobre a próxima CPI que eu e o deputado Gil estamos encabeçando, eu apenas falei CPI do dia seis, só. Quem está chamando de CPI dos atos antidemocráticos foi o Guilherme Cortez. Eu falei CPI do dia seis, porque você falou CPI dos atos antidemocráticos.

Se você concorda que foram atos antidemocráticos, que há um limite na manifestação, inclusive na galeria, que esse limite é vaiar, apoiar, criticar, elogiar, e não tentar quebrar vidro, não tentar jogar coisa em deputado, não tentar agredir policial, conseguir agredir policial, aí você pode assinar a CPI minha e do deputado Gil Diniz.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Guto Zacarias. Com a palavra a nobre deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Bem, eu fico preocupada que cada ato nesta Casa vire uma CPI. Vai ao encontro do que V. Exa. disse, deputado Guilherme Cortez, de repente o dia seis, que foi o triste dia da votação da Sabesp, entregou um patrimônio rentável de mão beijada e ainda vai pagar de volta, para poder baixar a tarifa, ainda disse que não vai baixar a tarifa - então, quer dizer, nós tínhamos razão -, esse triste dia venha para dentro de uma CPI que está tratando de transição de gênero, quando terá um momento para isso.

Porque eu quero argumentar, mas argumentar articulado também com outros movimentos que aconteceram, tipo o oito de janeiro. Eu vou querer fazer esse contraponto, quem foi antidemocrático e quem lutou para ter mais democracia, que é garantir a Sabesp.

Por óbvio, deputado Gil, isso é importante que se registre, que o método meu de luta é diferente. Por óbvio. Mas que teve provocação, teve. E eu paro por aqui, porque este não é o objeto desta CPI. O objeto desta CPI foi o que foi lido em ambos os votos, com visões diferentes.

Agora, deputado Guto, ninguém está disputando com o senhor o protagonismo de direita. Óbvio que nós temos protagonismo de esquerda, o senhor tem de direita. Entendeu? Ninguém está disputando isso aí, pelo menos eu não disputo isso. Eu toco a minha proposta e discuto.

Subo ao microfone, vou lá e debato. Agora, eu acho que V. Exa. está se achando, entendeu? Muito. Então eu paro por aqui, sem mais provocações, para a gente ir para os finalmentes, porque, enfim, esse negócio está esticando muito, viu?

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Agradeço à nobre deputada Professora Bebel. Com a palavra o nobre deputado Tomé Abduch. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Boa tarde a todos. Mais uma vez eu fico aqui admirado com as discussões que saem do propósito de ambas as partes, quero deixar claro, mas vamos falar um pouquinho desta CPI. Eu fiquei muito feliz de poder participar desta CPI, presidente. Aliás, eu queria agradecer e parabenizá-lo por ter proposto esta CPI. Eu acho que ela foi um grande aprendizado para todos nós.

Quem se propõe a ouvir e tentar compreender o que se passou ao longo desta CPI sai daqui com um grande aprendizado, um aprendizado de que nós devemos ter um

olhar mais atento ao respeito, um aprendizado que a gente não pode se fechar em uma determinada ideologia, se realmente o que a gente está fazendo aqui é um trabalho para a gente cuidar das pessoas, que acho que é um dos grandes motivos por que alguém se candidata para poder se tornar um parlamentar.

Eu queria entrar um pouquinho na CPI, e aí eu vou concordar com vocês em alguns pontos importantes. O Hospital das Clínicas realmente é uma referência e um dos principais hospitais da América Latina, não há dúvida disso. Eu, quando recebi pela primeira vez aqui o Dr. Saadeh, escutei atentamente a forma como ele conduz todo o tratamento, desde a triagem, o acompanhamento.

Eu realmente falei: poxa vida, não vejo ali nenhum problema grave, algo que esteja acontecendo de maneira que não esteja de acordo com o que pedem todas as autoridades, os importantes órgãos médicos. O acompanhamento que é feito deve continuar, o acompanhamento psicológico, psiquiátrico, pediátrico é muito importante, porque temos crianças que estão passando por algum tipo de problema. Um pai não leva um filho simplesmente a um hospital do nada se ele não estiver passando por algum tipo de problema, então eu entendo a importância disso.

Por outro lado, eu tive a primeira informação, Dr. Saadeh, de que o uso de bloqueadores não teria nenhum efeito colateral, zero efeito colateral, ou seja, no momento em que se parasse a utilização dos bloqueadores, a criança estaria tendo restabelecida a sua condição de saúde completamente. Porém, quando a gente passa a ouvir algumas outras pessoas, e preocupado com as nossas crianças, a gente percebe que ainda não há uma certeza de quais serão esses efeitos colaterais.

Pode haver, sim, uma perda de fertilidade. A literatura médica ainda não é muito clara, divergem-se opiniões. E aí, em um acompanhamento do Dr. Durval, que esteve aqui presente, que faz parte do Amtigos, ele participou de um congresso pediátrico que foi feito por holandeses. Algumas perguntas que ele mesmo fez divergem um pouco do que foi colocado aqui com aquela segurança de que não há nenhum tipo de efeito colateral. Pelo que foi respondido nesse importante congresso, existem, sim, efeitos colaterais.

Então isso é uma coisa que me preocupa muito, porque nós não estamos aqui para fazer um juízo de valores da transexualidade. Em nenhum momento eu percebi isso acontecer por parte da direita. Mesmo muitas vezes tentando nos desqualificar, desmoralizar, dizer que somos preconceituosos, eu não sou uma pessoa preconceituosa, nunca fui. Recrimino completamente quem tem esse tipo de postura e não percebo esse

tipo de postura do lado de cá, principalmente quando a gente fala em juízo de valores, mas isso foi um fato que me preocupou muito.

Então será que a gente não deve, todos nós, abriremos um pouco as nossas mentes e compreender que, quando a gente vai firme... E aí, eu como eu digo firme, será que nós aqui, os senhores, têm como garantir que não haverá nenhum tipo de efeito colateral com o uso de bloqueadores, sendo que em toda a medicina ainda há dúvida entre eles?

Será que esse tratamento não é... Será que esse tratamento é o tratamento ideal neste momento? Será que o acompanhamento psicológico, psiquiátrico e por pediatras já não é o bastante para o acolhimento dessas famílias e dessas crianças? Então esse é o ponto em que eu queria bater aqui. E aí me deixa muito chateado quando a gente vê algumas comparações.

Peço desculpa à senhora, professora Bebel. Eu respeito muito a senhora e digo isso de uma maneira muito educada. Quando há qualquer tipo de comparação com o nazismo aqui dentro, pelo amor de Deus, é muito forte. Vocês não têm ideia de como a gente recebe uma coisa dessas. Sabe, é como se vocês dessem um soco na nossa cara, nos desrespeitando com uma colocação dessas. Ninguém aqui jamais faria qualquer paralelo com o nazismo ou uma comparação de genocídio, pelo amor de Deus.

Eu acho que a gente tem que elevar um pouco mais o nosso nível - e isso eu digo para todos nós, de ambas as partes - se a gente quiser realmente ter uma Casa que respeite a população. Então a minha grande preocupação é um dos motivos por que eu também parablenizo o senhor, Tenente Coimbra, pelo seu relatório - e eu vou, sim, aprovar o relatório - é por conta da questão dos efeitos colaterais. Isso me preocupa.

Mas, ao mesmo tempo, eu reforço a grande importância da referência do Hospital das Clínicas, que realmente é um hospital que nos orgulha muito na América Latina, porém eu acho que esse ponto é um ponto que a gente deve avaliar, e não devemos, de maneira nenhuma, acabar com todo esse acompanhamento que seria o acolhimento, o acompanhamento psicológico, psiquiátrico e o acompanhamento pediátrico.

A partir do momento que se entenda que há uma medicação que não causa nenhum efeito colateral, essa medicação pode, sim, ser utilizada. Mas, neste momento, eu entendo que essa medicação ainda não pode ser validada por nenhum de nós. Nenhum de nós aqui tem propriedade, mesmo um médico, mesmo a própria entidade médica, no geral, não conseguiu ainda ter algo em comum para dizer que essa medicação não tem um efeito colateral.

Aí vamos imaginar que alguma dessas crianças entenda que ela não vai seguir com a transição de gênero. Ela ser prejudicada na sua fertilidade, eventualmente na sua densidade óssea, em outros problemas que podem ocasionar, seria irresponsável da nossa parte permitir que isso acontecesse.

Então agradeço a todos, agradeço à oposição também, por se colocar, por apresentar um relatório, e vamos aprender com esta CPI, vamos compreender que nós estamos aqui pra poder estar entregando algo de bom para a população. Nós ainda somos todos muito ideológicos, todos, todos. Isso é muito ruim, de ambas as partes, e essas agressões não agregam nada a ninguém, somente prejudicam a população, que é quem nos elegeu e quem nos colocou aqui.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Tomé Abduch. Antes de colocar em votação os dois relatórios, vou só fazer aqui uma breve consideração. Talvez alguns deputados não saibam que houve a tentativa de encerrar esta CPI no Judiciário, e o próprio Judiciário não deu causa a quem entrou com o pedido de trancamento desta CPI.

Eu entendo quando os deputados da oposição, principalmente, colocam aqui que é desnecessário, que não tem nexos, porém discordo, tanto é que nós fizemos e chegamos até aqui. Insistem no argumento de que é dinheiro público gasto, que é tempo deste Parlamento sendo utilizado indevidamente. Ora, senhores, quantos projetos de lei nós já protocolamos, nós já discutimos, nós já levamos ao fim ali no plenário e foram declarados inconstitucionais, foram vetados? Um partido menor ou maior entrou no Tribunal de Justiça, que declarou, deputado Tomé, inconstitucional.

Então, se nós formos por esse parâmetro, muitos do povo de São Paulo podem questionar, inclusive, o funcionamento deste Parlamento, porque vão dizer que todo o nosso trabalho aqui não é útil, do que eu discordo. Aqui é o local, justamente, do debate, do embate de ideias. Aqui, os 94 deputados representam o povo de São Paulo e fazem o seu trabalho dentro do que é regimental, obviamente.

Eu agradeço a todos os deputados que se propuseram a fazer parte desta CPI, que chegaram até aqui. Tentei desde o início - e olha que não é o meu perfil - ser moderado, ponderado, dar a palavra a todos. Eu gosto, vocês sabem, da discussão. A deputada Beth quer fazer um aparte?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu quero fazer um aparte, se V. Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pode fazer e eu complemento, deputada Beth.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Vossa Excelência sabe que temos divergências profundas, abissais.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Claro, desde o primeiro dia de mandato aqui em 2019.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - No entanto, V. Exa. conduziu de fato a CPI nesse debate, não é? Independentemente de chamar a CPI às 10, às 10 e 15, às 10 e meia, às 15 para as 11, às 11 horas, às 11 e meia, às 13 horas, às 13 e 30, etc., vou desconsiderar isso e vou analisar a sua postura aqui dentro.

Foi bacana, e a gente tem que reconhecer. Pelo menos eu não fui tolhida na minha palavra, no tempo até disponível para externar o meu pensamento, o meu raciocínio. Então eu tenho que deixar bem registrado isso, porque foi importante. Por isso que eu pedi esse aparte, para cumprimentá-lo.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Agradeço à deputada Beth aí pelo reconhecimento. Para mim, foi uma experiência muito boa presidir uma CPI, principalmente com um tema como esse.

Inclusive ontem fui cobrado por deputados da base, não os deputados que estão aqui. “Ora, não te vi nos jornais, não te vi fazendo declarações e tudo mais.” Eu disse: espera aí, isso é uma crítica ou isso é um elogio? Porque muitas vezes, no plenário, me cobram, justamente, de ter esse comportamento.

Então, tentei aqui deixar os deputados fazerem os debates e ouvir aqueles que foram chamados. Aí, faço a minha mea-culpa, gostaria que tivéssemos ouvido outros especialistas, muito mais dos que foram aqui. Nós tivemos vários documentos que chegaram a esta CPI. Acho que a contribuição do Dr. Durval foi muito boa, deputado... Do Dr. Saadeh, também.

Mas, eu discordo. Não que eu discorde, mas nós encontramos, eu encontrei, várias contradições no que eles nos disseram, o deputado Thomé colocou aqui, e no que realmente os documentos tinham ali. Eu cito, por exemplo, a questão dos termos, que os pais e os adolescentes assinam. Então, foi colocado também.

Tudo aqui, esse tema, é muito novo, e não só para os deputados. Alguns deputados têm mais experiências com isso, obviamente, mas a maioria dos deputados aqui desconheciam o tema. Acho que a maior parte do povo de São Paulo, deputado Guto, desconhece o tema ou sabia que existia o Amtigos ali.

O relatório do deputado Tenente Coimbra, eu achei, também, muito ponderado, no sentido de não começar criminalizando o Amtigos, não pedir, deputado Coimbra, o fechamento. Vossa Excelência pede ali para que não tenham novas entradas, novas adesões, para que nós coloquemos o que sempre foi dito aqui, a questão do CFM, do protocolo que o CFM coloca.

O CFM fala sobre o Hospital Universitário, e esse atendimento que é feito, é atendimento feito sob protocolo de pesquisa. Não é um ambulatório, que eu entendo, que seja um ambulatório de porta aberta, que a criança, o adolescente vai chegar ali e vai ser tratado.

Foram colocadas aqui várias dúvidas. O deputado Dr. Elton colocou, a que bem, o próprio Dr. Durval Damiani, que é a referência aqui em São Paulo, talvez até no Brasil, tem as suas dúvidas, colocou ali as suas questões. Inclusive, sendo respondido que sim, pode ser que haja um prejuízo ósseo na questão das mulheres, mas o doutor nos respondeu com certeza, com convicção que não havia contraindicação.

Então, eu acho que o bom debate foi feito aqui, nesta CPI. Nós, deputados, que propormos esta CPI, acredito que todos os outros, todos os deputados desta Casa, querem, obviamente, defender a integridade física e psicológica das nossas crianças e dos adolescentes. Não tem nenhum intuito aqui de criminalizar o pai, a mãe e os médicos em si.

Agora, há procedimentos, há regras, que nós podemos discordar. O deputado Guilherme Cortez colocou, nós precisamos investigar as clínicas clandestinas. Isso foi falado muitas vezes pelos que vieram aqui.

Acho que cabe também aos deputados esse trabalho, e aos médicos que vieram aqui, que sabem, que conhecem do tema e do setor, de nos orientar nesse sentido. Nós buscamos aprofundar se já há investigação, quem já foi preso por isso. Eu desconheço

Divisão de Registro de Pronunciamentos

a priori, mas nós precisamos também, talvez, de uma CPI, ou de fazer um trabalho para combater esse tipo de clínica clandestina em São Paulo.

Então, hoje, estamos terminando o ano legislativo, vamos terminar o trabalho da CPI. Eu fico muito contente de ter participado desta CPI, porque nos trouxe várias informações. Eu consegui estudar um tema que eu não tinha pleno conhecimento, ainda não tenho pleno conhecimento, preciso estudar ainda mais.

Então, agradeço a colaboração, a participação de todos vocês que trouxeram o bom debate, que trouxeram os seus requerimentos. Obviamente, cada um dentro do seu ponto de vista: uns mais ponderados, outros aí às vezes um pouco mais exaltados - como eu, em plenário. Mas, agradeço aqui a participação de todos.

Coloco em votação nominal, já que há dois requerimentos. O requerimento do relator, do Tenente Coimbra, o relatório da Deputada Beth, de toda oposição aqui. Então, coloco em votação esses dois relatórios neste momento. Como vota, nobre deputada Beth Sahão?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Voto no relatório apresentado por nós, deputada Beth, deputada Bebel e deputado Guilherme.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputada Beth Sahão. Como vota, deputada Professora Bebel?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Voto pelo relatório apresentado pela deputada Beth, pelo deputado Guilherme e eu.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota, nobre deputado Guilherme Cortez?

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Pelo direito à Saúde, pelo respeito às pessoas trans, pela continuidade e valorização do trabalho que o Amtigos faz, salvando vidas de crianças e adolescentes, eu voto no relatório apresentado conjuntamente com as deputadas Beth Sahão, Professora Bebel e por mim.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Guilherme Cortez. Como vota, nobre deputado Dr. Elton?

O SR. DR. ELTON - UNIÃO - Voto conforme relatório apresentado pelo deputado Tenente Coimbra.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota, nobre deputado Tomé Abduch?

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Favorável ao relatório do deputado Tenente Coimbra.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota, nobre deputado Guto Zacarias?

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Para que as nossas crianças não sejam cobaias, voto com o relatório do deputado Tenente Coimbra.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Como vota, nobre deputado e relator Tenente Coimbra?

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Para resguardar nossas crianças e adolescentes, agradeço a todos os pares pela vitória desse relatório, eu voto no meu próprio relatório, o relatório do Tenente Coimbra.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Este presidente vota também com o nobre deputado Tenente Coimbra, relator desta CPI. Por cinco votos a três, está aprovado o relatório final do deputado Tenente Coimbra. Alguém mais quer fazer alguma ponderação? Alguma colocação?

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Presidente, posso fazer uma ponderação breve aqui? Que na realidade é um chamado...

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Um minuto.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Um minuto. Na realidade... Não manda no ar, professora Bebel. Eu também estou com muito frio e sou extremamente friorento. Por mim, tinha que estar mais quente.

Mas, presidente, fazer apenas um chamado à democracia. A gente encerrou uma CPI que eu julgo muito importante, podem não achar muito importante, mas com certeza a população quis saber. Foi uma das matérias que mais teve debate nesta Assembleia. Dizer que vamos para as próximas CPIs, e que mantenhamos o debate nas próximas CPIs.

Posso encontrar outros membros do PT, do PSOL, do PL, de outros partidos, que a gente mantenha o debate nas próximas CPIs, porque eu não vejo nenhum problema em um Parlamento efervescente. Não vejo nenhum problema em um Parlamento com ideologias.

Eu sou membro do Movimento Brasil Livre, há deputados que são bolsonaristas, há deputados que são do Partido dos Trabalhadores e há deputados que são do PSOL. Não tem ideologia nisso? Óbvio que tem ideologia. O deputado Cortez é nitidamente um expoente jovem do movimento LGBT, de jovens de esquerda.

Há ideologia nisso? É óbvio que há. Não tem nenhum problema nisso. Eu sou membro do Movimento Brasil Livre. Há ideologia no Movimento Brasil Livre, há um plano de país, há um plano de poder? Há. Não tem nenhum problema nisso.

Há deputados que são bolsonaristas. O deputado Coimbra, que é um expoente da causa das escolas cívicos militares. É uma questão ideológica - evidentemente, é. Não tem nenhum problema nisso. Deputado Tomé Abduch é um deputado que semana sim e semana também está convocando manifestação. É contra o Dino no STF, pedindo impeachment do Alexandre de Moraes, contra o Lula na Presidência da República.

Várias pautas, você pode concordar ou não, mas são pautas ideológicas. Não há problema nenhum nisso. Não tem problema nenhum nisso. A democracia é isso. A democracia é isso. Parlamento bom é parlamento efervescente, é parlamento que representa a população, é parlamento que discute, evidentemente, ideologicamente, as questões, sempre focando nos dados e nas evidências.

Isso é bom. Isso é democrático. Parlamento calado, parlamento que não discute, não é parlamento, é conluio. Conluio não é bom para a democracia.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Pela ordem, presidente.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Eu queria também, por favor.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Pela ordem, deputado Guilherme Cortez primeiro, deputada Beth.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Quero agradecer a todos os deputados, mas sobretudo às minhas colegas, Beth Sahão e Bebel, pela batalha, pela ciência, pela racionalidade, pela sensibilidade, pelos direitos humanos, pela dignidade desses profissionais médicos e pacientes, e lamentar que esta CPI termine da forma como nós dissemos que ela terminaria.

É uma CPI que não se propôs, em nenhum momento, da parte dos deputados que a propuseram, de investigar a realidade. Inclusive, acho que a CPI termina como um fracasso da parte dos deputados, porque não encontraram o que queriam, nenhuma vírgula para criminalizar os profissionais médicos. Não conseguiram fazer isso.

Agora, tem que remeter ao Ministério Público, que também vai confirmar que não há nada de errado no serviço que é realizado lá. Na verdade, esta CPI é mais uma tentativa, como várias outras iniciativas de parlamentares, de jogar mais lenha na fogueira da desinformação, do pânico moral e do preconceito.

Isso às custas da vida, da saúde, dos direitos de profissionais, familiares, pacientes e médicos, o que eu lamento muito. Acho que é uma grande perda do tempo e do dinheiro que as pessoas pagam de impostos para manter esta Assembleia Legislativa.

Mas nós seguiremos na luta em defesa do direito à Saúde, dos direitos humanos, da vida da população trans, com a certeza de que este relatório não vai dar em nada, porque afinal não apontou nenhum indício concreto de criminalização, que vai ser confirmado pelo Ministério Público.

O serviço realizado pelo Amtigos vai se manter e vai ter o reconhecimento devido, porque, afinal, é respaldado pelo Conselho Federal de Medicina. Então, agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Só, antes de passar a palavra para a deputada Beth Sahão, fazer o convite aqui a vocês. Eu discordo aqui dessa inauguração, mas sábado... Sábado? Não, dia 20 de dezembro, o secretário Gilberto Nascimento,

governador Tarcísio, representado pelo vice-governador Ramuth, vai inaugurar o Programa Casas Terapêuticas unidade feminina e LGBTQIA+.

Olha só... Veja, deputado Tomé. Eu sou da base do governador. Eu discordo. Acho que deve existir casa terapêutica? Sim, claro, obviamente, mas determinada pelo sexo biológico, obviamente. Obviamente, agora...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Gil...

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Não, eu estou fazendo um convite aqui a vocês, e, obviamente, vocês poderiam dar parabéns também ao governador do estado de São Paulo, que se preocupa aqui com a pauta de vocês. Mais um gesto do nosso governador.

Então, só para deixar aqui registrado esse convite que nos chegou aqui, que, como eu disse, discordo, obviamente. Com a palavra, a nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, eu queria apenas fazer algumas breves colocações em relação à democracia. Democracia, ela se... A essência da democracia é respeitar o direito das minorias. E a CPI é um instrumento para isso. Tanto é verdade que o próprio Supremo Tribunal Federal já considerou que a CPI, quando pedida, não importa quem esteja no poder. Hoje, nós estamos no Poder Federal. Vocês estão no Poder Estadual, certo? Lá também é garantido, para a oposição, o direito a instalar CPIs.

E aqui tem que ser. Isso é algo que esta Assembleia aqui falha - e falha muito. O pessoal que está há mais tempo aqui sabe disso: a dificuldade que a oposição tem de instalar uma CPI. Então, CPI... A democracia é prevista para isso: para respeitar os direitos da minoria.

E, para encerrar mesmo, Sr. Presidente, primeiro, saudar. Aquilo que é bom, a gente saúda, a gente aplaude. Saudar a iniciativa do governo estadual de colocar uma casa terapêutica voltada para o segmento LGBTQIA+. Eu não vou estar aí - e também não participo dessas atividades promovidas pelo governo -, mas isso não significa que a gente não tem que reconhecer aquilo que é uma atitude acertada.

E, por fim, saudar o Antigos e saudar o Hospital das Clínicas. Eu acho que aqui a gente cumprimentou... Fiz questão de cumprimentar V. Exa. pela forma como V. Exa. conduziu a CPI, mas não poderia deixar de fazer aqui. Eu, que tive vários contatos com eles ao longo desse período, pude admirá-los ainda mais pela seriedade, pela

responsabilidade do trabalho. Todos aqueles profissionais que atuam nesse programa Antigos do Hospital das Clínicas.

Também estender esses cumprimentos à Direção Clínica do hospital, que sempre nos recebeu de uma forma extremamente cortês - fazendo trocadilho aqui com o sobrenome do deputado Guilherme. Então, Sr. Presidente, é sempre importante. Para nós, é um orgulho ter um hospital como o Hospital das Clínicas.

É um orgulho para todos nós. Um hospital que atende SUS, que atende a população mais pobre, que faz tratamentos revolucionários, importantes, que salva vidas e que reduz o sofrimento das pessoas. E este é o papel também, entre tantos ambulatorios que lá existem, o Antigos é um laboratório voltado para essa população. Então, fica aqui o meu reconhecimento também desse trabalho fantástico que é desenvolvido por esses profissionais. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, deputada Beth...

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Com a palavra, a deputada Professora Bebel, depois o deputado Tomé Abduch. Tenente Coimbra, também quer fazer uma consideração? Tá. Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Bom, eu também quero cumprimentar V. Exa. no andamento dos trabalhos e na coordenação dos mesmos. Cumprimentar cada um e cada... Cada um dos deputados - viram que só tem homens, né? Tem nem uma mulher ali para fazer um contraponto entre eles mesmos - mas isso é uma questão deles.

Eu quero dizer, deputado Tomé Abduch, que a fala do Guto é coerente, porque ele diz o seguinte: “Se aqui tem PT, PSOL, PCdoB, e todos os partidos têm ideologia...” Então não tem como não ser ideológico. Todos somos, o senhor inclusive. Então o senhor bate muito nessa questão: “Ah, não podemos ser ideológicos, não podemos...”

Não, a gente é ideológico. Eu tenho uma concepção de mundo diferente da do senhor. Eu concebo de outra forma. Cada um... E isso é democrático. Antidemocrático é não querer entender que a gente tem diversidade de concepções, e eu acho isso.

Vossa excelência tocou “en passant” na história do Hitler. Eu disse o seguinte, e vou reproduzir o que eu disse. A crueldade, e na era Hitler havia isso, sim; essa coisa de

exterminar, de querer negar, de querer raça pura, de querer... Isso não vai acontecer mais.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Está acontecendo com o Hamas hoje. Como não?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Não, não, não...

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Está acontecendo. Ué. Pelo amor de Deus...

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Eu sei o que está acontecendo, não vou discutir isso. Eu estou discutindo uma coisa que... Eu estou falando aqui, entre nós, estou dizendo o que está acontecendo. Claro, lá, a gente está, obviamente... Pelo amor de Deus, ninguém concorda com aquele extermínio todo que está acontecendo lá. O mundo não concorda com isso.

Mas eu quero dizer para V. Exa. que V. Exa. é que cai em contradição - não sou eu - quando não aceita que esse tipo de coisa acontece. E não se trata de ser o Hitler ou o Hamas. Acontece. Isso é evidente, porque se V. Exa. admite que acontece, acontece. E pode acontecer em qualquer uma das nossas posições, que elas sejam muito extremadas. É disso que eu estou falando. Às vezes o senhor nem pensa dessa forma, e nem eu, mas a conduta e a prática acabam levando a isso, sim. Quantas vezes professores foram chamados de vagabundos neste Plenário? Quantas vezes?

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Na minha frente, isso nunca vai acontecer. Tenha a certeza disso. Eu vou ser o primeiro a me levantar.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Quero ter esperança disso. Eu tenho certeza que sim...

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - A senhora tenha a certeza disso.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Não, mas eu tenho certeza. Eu não vou, eu não vou...

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Agora, quando...

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Neste último dia de trabalho, deputado, não é com V. Exa. que eu vou bater boca, até porque é com quem eu tive uma boa tratativa durante um pouco de tempo. Então, não é com isso. Eu só estou tentando dirimir o que eu disse, e que não foi na perspectiva do que V. Exa. se dirigiu a mim. É só isso que eu estou tentando dizer, só isso. Não estou chamando ninguém de Hitler, de nada disso. Só estou chamando a atenção para o cuidado de... Tá?

E dizer, para o deputado Guto, o seguinte: Deputado, V. Exa. tem posições. E isso é bom, não é, deputado? Eu não vejo ruim, eu não acho ruim. Eu acho bom. Agora, não seja tão afoito e também não jogue as coisas assim, de forma a desconhecer a história de cada um. Cada um tem uma história, tem um... Eu acho que isso é importante, tá bom?

Eu sei, por exemplo, a mãe de V. Exa. é da minha área - a Educação. É diretora de escola. O pai de V. Exa. é militante do movimento negro, não é? Então, que coisa linda. E V. Exa. tem outra posição, que legal...

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Meu pai concorda.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Isso é democrático. Então vamos fazer deste momento, cumprimentar esta CPI como uma forma... Ela deu tão resultado - eu vou de outra forma - que o governo Tarcísio... E aí eu quero ver o teor do que é exatamente a terapia que ele vai dando - que não seja de volta a cura gay, nem a cura LGBTQIA+, eu quero entender. Mas, se for, é uma iniciativa. E é importante que, se ela for positiva, nós devamos apoiar. Eu não tenho nenhum problema em apoiar aquilo que é bom. Disse ontem, quando estava no Congresso de Comissões. Eu sou muito coerente com as minhas posições. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, Professora Bebel. Com a palavra, o deputado Tomé Abduch.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Não.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Não? Encerrado? Então vamos lá...

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Só dez segundos, dez segundos.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Então, Tenente Coimbra com a palavra.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Só para cobrar e frisar. Primeiro, obviamente, agradecer novamente os parlamentares por terem aceito o meu relatório. E muito foi falado das questões ideológicas, da importância do debate dentro desta CPI. Só para deixar registrado, temos seis partidos aqui, dos mais diversos deputados, sendo base e oposição.

Eu acho que não cabe o que... Tem que ficar registrado, inclusive, nas construções das novas CPIs, das novas formações das frentes dos deputados, que o próprio... O PSDB tem uma vaga nesta CPI desde o primeiro dia. A deputada Analice não compareceu. O deputado, que eu não me lembro, que é o deputado suplente, não compareceu.

E a importância de elencar quadros, dentro de cada partido, que - de fato - se preocupem com o tema a ser debatido, independentemente de ser contrário ou favorável, mas que isso contribua para o andamento da Casa, contribua para o andamento de uma boa discussão, contribua para o andamento do relatório.

Então, que fique registrado aqui, para os seis partidos aqui presentes que, nas construções das próximas CPIs, possamos cobrar dos partidos envolvidos que os membros que forem elencados para participar da CPI, de fato, participem. Porque eu acho que é desrespeitoso com todos os parlamentares da Casa, sendo situação e sendo oposição, que um partido, que tem uma cadeira regimental aqui, elenque uma pessoa que não participe de nenhuma reunião. Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Tenente Coimbra. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião e esta CPI. Muito obrigado a todos os deputados que participaram desta CPI.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *